

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CLARISSA PETRY CASTRO

**REPENSANDO AS MULHERES E A FILOSOFIA: uma análise dos livros didáticos de
Filosofia de Ensino Médio**

Florianópolis

2016

CLARISSA PETRY CASTRO

**REPENSANDO AS MULHERES E A FILOSOFIA: uma análise dos livros didáticos de
Filosofia de Ensino Médio**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Karolyna Marin Herrera

Florianópolis

2016

CLARISSA PETRY CASTRO

REPENSANDO AS MULHERES E A FILOSOFIA: UMA ANÁLISE DOS
LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA DE ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

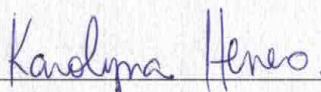
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

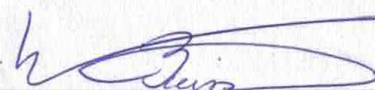


Olga Regina Zigelli Garcia

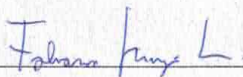
Banca Examinadora:



Karolyna Marin Herrera



Márcia Buss Simão



Fabiana Stringini Severo

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castro, Clarissa Petry
Mulheres e filosofia : uma análise do livro didático de
Filosofia de Ensino Médio / Clarissa Petry Castro ;
orientadora, Karolyna Marin Herrera - Florianópolis, SC,
2016.
59 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero. 3. Filosofia. 4. Educação. 5. Feminismo. I.
Herrera, Karolyna Marin. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que participaram dessa caminhada e principalmente à Karolyna Marin Herrera, minha orientadora, pela paciência e dedicação. Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

Por maior que fossem as dificuldades, as mulheres contribuíram para a elaboração do pensamento filosófico. No entanto, poucas vezes são estudadas e reconhecidas por suas teorias. Este trabalho tem como objetivo auxiliar na desconstrução do sujeito universal masculino ao analisar qualitativamente a Filosofia a partir da categoria social de gênero. Para isso pretende-se por um lado revisitar a participação das filósofas a partir das contribuições do feminismo na construção do pensamento filosófico; e por outro lado, investigar através da análise de alguns livros didáticos de Filosofia, disponibilizados pelo Ministério da Educação para as escolas públicas brasileiras, se os conteúdos escolares reproduzem a desigualdade de gênero, ou seja, se os conteúdos da disciplina de Filosofia refletem a invisibilidade que as filósofas sofreram ao longo da história. Assim, busca-se compreender a relação entre a invisibilidade das mulheres no pensamento filosófico com os conteúdos disponíveis nos livros didáticos da disciplina de Filosofia para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Filosofia. Gênero. Educação.

ABSTRACT

No matter how difficult the difficulties, women contributed to the elaboration of philosophical reflections. However, they are rarely studied and recognized for their theories. This work aims to help in the deconstruction of the male universal subject by qualitatively analyzing Philosophy from the social category of gender. To this end, we intend to revisit the participation of the women philosophers from the contributions of feminism in the construction of philosophical thought; and secondly, to investigate through the analysis of some textbooks of philosophy, provided by the Ministry of Education to the Brazilian public schools, if school content reproduces gender inequality, that is, if the contents of the discipline of Philosophy reflect the invisibility that women's philosophers have suffered throughout history. So, it is sought to understand the relationship between the invisibility of women in philosophical thinking and the contents available in the textbooks of the discipline of Philosophy for Secondary Education.

Keywords: Philosophy. Genre. Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O FILOSOFAR DAS MULHERES	11
2.1 O QUE A FILOSOFIA TEM A VER COM FEMINISMO?	11
2.2 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS MULHERES NO PENSAMENTO FILOSÓFICO	14
2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA A FILOSOFIA.....	26
3 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DA DIVERSIDADE	29
3.1 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA	30
3.1.1 Critérios utilizados para a coleta de dados.....	31
3.2 REFLEXÕES GERADAS A PARTIR DA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA.....	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – TABELA 1: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FILOSOFANDO: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA, DE MARIA LÚCIA ARANHA E MARIA HELENA MARTINS.	44
APÊNDICE B – TABELA 2: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA, DE GILBERTO COTRIM E MIRNA FERNANDES.....	49
APÊNDICE C – TABELA 3: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FILOSOFIA: EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO, DE SILVIO GALLO.	54
APÊNDICE D – TABELA 4: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO INICIAÇÃO À FILOSOFIA, DE MARILENA CHAUI.....	57

1 INTRODUÇÃO

A reflexão filosófica apesar de ser questionadora por excelência pode reproduzir preconceitos existentes no corpo social. Por este motivo analisar a filosofia a partir da categoria social de gênero pode contribuir, mesmo que brevemente, para uma revisão crítica da história do pensamento filosófico tendo como recorte temporal o início do movimento feminista, ou seja, a luta feminista pelo sufrágio universal. Tal esforço justifica-se na tentativa de contribuir para a desconstrução do sujeito universal masculino. Este serviu como base para a compreensão do ser humano em grande parte dos discursos filosóficos e mostra ser um dos fatores responsáveis por colocar na invisibilidade as mulheres enquanto sujeito e pensadoras.

A fim de melhor desenvolver as temáticas propostas, este estudo está composto por dois capítulos: o primeiro investiga a relação entre gênero, feminismo e filosofia a fim de compreender como seria o pensamento filosófico quando analisado a partir da perspectiva de gênero, além de possibilitar o reconhecimento das filósofas que, embora invisibilizadas, contribuíram de diferentes formas para a construção das reflexões filosóficas; já o segundo capítulo tem como proposta realizar uma análise de alguns livros didáticos de Filosofia para o Ensino Médio, com o objetivo de verificar qual reconhecimento é dado às filósofas no principal material didático utilizado por professores e professoras na educação escolar e tentar averiguar se a invisibilidade permanece a subjugar a participação das mulheres na Filosofia.

Para ser possível cumprir com tais propostas foram apreciadas algumas obras filosóficas e artigos. Em *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, a filósofa Simone de Beauvoir se propõe a investigar a origem da submissão das mulheres, o porquê ela é percebida como o Outro enquanto os homens são considerados como Sujeitos, além de desconstruir a naturalização da submissão das mulheres no decorrer da história (BEAUVOIR, 2016). Outra obra filosófica que contribuiu muito para o desenvolvimento deste estudo foi *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*, de Andrea Nye, pois a autora faz um resgate das filósofas feministas e da luta que enfrentaram ao buscar incluir a perspectiva feminista em um pensamento filosófico marcado pela dominação masculina (NYE, 1995).

A reflexão filosófica de Hannah Arendt foi incluída a partir de sua obra *A Condição Humana*, visto que mesmo não tendo se debruçado acerca do conceito de gênero, a filósofa aponta aspectos importantes das relações humanas, referenciando-se na pluralidade humana como condição fundamental para a ação (ARENDRT, 2014); dessa forma apresenta uma

alternativa para a compreensão do ser humano além da forma generalizada que costuma ser encontrada nos discursos filosóficos.

Nos artigos *Mulher e Filosofia* e *Mulher, Política e Filosofia*, a filósofa Márcia Tiburi disserta sobre a relação entre Filosofia e feminismo, além de criticar o esquecimento ao qual as filósofas foram submetidas (TIBURI, 2007; 2016). Já Joan Scott auxiliou no entendimento acerca do gênero enquanto categoria de análise, assim como a história que nos fez chegar até ele em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (SCOTT, 2016). Da mesma forma Joana Maria Pedro explicitou sobre o feminismo e a construção do gênero em *Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social* (PEDRO, 2015).

Na análise dos livros didáticos de Filosofia foram selecionados materiais a partir da listagem dos livros mais escolhidos por professores e professoras, disponibilizada pelo Ministério da Educação para as escolas públicas de acordo com as informações oferecidas pelo *Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio*. Para a verificação da participação das filósofas e filósofos foi realizada uma contagem comparativa conforme a citação de seus nomes nos textos didáticos. Em seguida o resultado final foi transformado em porcentagem e demonstrado através de gráficos. Também foi elaborada uma análise geral de como foi percebida a participação das mulheres ao longo da pesquisa e as reflexões provocadas por ela.

Há muito tempo houve mulheres que reivindicaram reconhecimento e lutaram contra a dominação masculina, despertando pesquisadores e pesquisadoras à necessidade de diferenciar o caráter biológico do cultural do que era compreendido como ser mulher ou homem no corpo social (SCOTT, 2016). Nesse sentido, o gênero passou a ser objeto de pesquisa, pois independente do espaço ou do tempo, as relações socialmente estabelecidas entre homens e mulheres estão marcadas pela opressão dos homens sobre as mulheres.

Apesar da luta do movimento feminista em busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero está longe de ser extinta. Afinal, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ainda são compreendidos por parte da sociedade enquanto parte da natureza humana e não como construções culturais. Assim, os discursos que naturalizam a submissão feminina e a dominação masculina ainda persistem como instrumentos de manutenção das relações desiguais entre os gêneros, visto que a reprodução da naturalização da desigualdade de gênero torna a apreensão de seus valores mais eficazes, enraizando seus pré-conceitos como se fossem conhecimentos verdadeiros (BEAUVOIR, 2016).

Fugir desse sistema binário imposto não tem sido fácil, pois para lutar pelos seus direitos civis, as mulheres tinham, antes, de reconhecer-se como sujeitos políticos. Em uma realidade onde era (ou será que ainda é?) ditada por e para homens, as mulheres precisaram reivindicar seu espaço, isso também é uma realidade quando voltamos nossa atenção para o pensamento filosófico (NYE, 1995). Observa-se que atualmente muitas filósofas ainda são renegadas ao esquecimento (TIBURI, 2007), justificando assim a necessidade de resgatar seus pensamentos e reconhecê-los como parte integrante do conhecimento filosófico.

Esta pesquisa pretende analisar a Filosofia sobre a perspectiva de gênero, utilizando-se das contribuições das filósofas e do feminismo para desmistificar esse sistema excludente que ratifica as relações desiguais entre homens e mulheres. Apesar de muitas vezes não ser percebida, essa desigualdade existe, pois se encontra impregnada na memória, no cotidiano e até na educação. Por esse motivo a inquietação que deu origem a este estudo expressa-se na pergunta: de que forma o ensino de filosofia reconhece as mulheres na elaboração de seu pensamento?

Conforme já explicitado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre a invisibilidade das mulheres no pensamento filosófico com os conteúdos disponíveis em alguns livros didáticos de Filosofia. E tem por objetivos específicos: identificar a representatividade das filósofas nos conteúdos de Filosofia para o Ensino Médio; analisar os reflexos da desigualdade de gênero na construção do conhecimento filosófico; conhecer as contribuições das mulheres na filosofia e resgatar a importância da participação das pensadoras na produção do conhecimento filosófico; além de problematizar a relação entre a invisibilidade das filósofas no decorrer da história com a forma na qual o conhecimento filosófico é reproduzido nos livros didáticos analisados.

2 O FILOSOFAR DAS MULHERES

2.1 O QUE A FILOSOFIA TEM A VER COM FEMINISMO?

A filosofia pode ser entendida como um conhecimento crítico e criativo, responsável por não apenas interpretar o mundo, mas também por apontar mudanças capazes de transformar a realidade ou, pelo menos, a maneira como a realidade é compreendida em seus diferentes contextos. Nas palavras de Hannah Arendt (1975, p. 10) acerca da compreensão:

compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos utilizar de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.

Assim, de acordo com a análise da filósofa, o compreender não está na mera aceitação da realidade, mas no desenvolvimento da ação contínua do questionar, em uma incessante busca da verdade. Portanto, a resistência está em suportar a realidade com o objetivo de desvendá-la sem esmorecer frente às adversidades que ela pode apresentar. No mesmo sentido Marilena Chauí (2014, p. 9) aponta que a filosofia poderia ser: “A decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido”.

Tal postura permite realizar uma análise ampla do conhecimento, compreendendo-o nas suas diversas formas, inclusive na construção do próprio pensamento filosófico. Apesar de sua característica problematizadora, o conhecimento filosófico não está isolado do contexto em que é construído e pode reproduzir em suas reflexões opressões presentes no corpo social. Graças aos esforços despendidos para compreender a humanidade foi possível revelar a complexidade do ser humano e de suas relações, fazendo-se necessário criar

categorias de análise para ser possível desenvolver com toda a atenção os estudos acerca dos fatores que medeiam o desenvolvimento das pessoas na sociedade.

Inicialmente a categoria de análise era apresentada através de um sujeito universal, este tornou-se a referência fundamentadora da construção do conhecimento. Pelo menos até Simone de Beauvoir, que chamou a atenção para a arbitrariedade dessa generalização que não incluía, por exemplo, as mulheres, afinal “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela (a mulher) é o Outro” (BEAUVOIR, 2016, p. 13). Ao questionar esse sujeito, universal masculino, Beauvoir traz à tona uma boa parcela da população que estava renegada ao esquecimento: as mulheres. A partir dessa reflexão, a filósofa desenvolve uma investigação sobre o porquê dessa diferenciação, ou seja, acerca das causas que poderiam ter contribuído para a configuração desse cenário. Conforme a autora sobre a pertinência de se debruçar sobre tal perspectiva:

(...) o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. (...) Efetivamente, ao lado da pretensão de todo indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir de sua liberdade e de se constituir em coisa. É um caminho nefasto porque passivo, alienado, perdido, e então esse indivíduo é presa de vontades estranhas, cortado de sua transcendência, frustrado de todo valor. Mas é um caminho fácil: evitam-se com ele a angústia e a tensão da existência autenticamente assumida. (BEAUVOIR, 2016, p. 17 e 18).

Assim, observa-se que a invisibilidade das mulheres denunciada pela filósofa influencia na própria existência do ser. Ao serem tratadas como o *Outro* e aceitar essa existência submissa, as mulheres colocam-se em uma armadilha: a submissão acarreta na negação da própria liberdade, impedindo que se afirmem enquanto sujeitos, tornando-as dependentes das vontades alheias.

Ao tratar acerca das consequências da sujeição das mulheres ao sujeito universal masculino, Beauvoir dá um importante passo para a libertação das mulheres e para o que hoje conceitua-se como *gênero*. Afinal, para que as mulheres possam vir a se tornar tão sujeitos quanto os homens, mostrou-se fundamental desmistificar a naturalização dos papéis sociais que vinham desempenhando até então. Para isso, a filósofa na sua obra *O Segundo Sexo* realiza uma análise dos argumentos biológicos, econômicos, históricos e psicanalíticos referentes às mulheres. De acordo com a autora:

recusamos também todo sistema de referências que subentende a existência de uma hierarquia *natural* dos valores, de uma hierarquia evolutiva, (...) Todas essas dissertações que misturam um vago naturalismo a uma ética ou a uma estética ainda

mais vagas são puro devaneio. É somente dentro de uma perspectiva humana que se podem comparar o macho e a fêmea dentro da espécie humana. Mas a definição do homem é que ele é um ser que não é dado, que se faz ser o que é. Como o disse muito justamente Merleau-Ponty, o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com os homens, isto é, que se deveria definir suas possibilidades. (BEAUVOI, 2016, p. 62).

Nesse sentido, desvincula-se a identidade da mulher do sexo biológico, pois o ser humano é muito mais do que a sua biologia, ele possui outras dimensões que não estão determinadas a ela. Dessa forma, rejeitam-se as naturalizações que colocam a submissão das mulheres como um fator determinado pela natureza e privilegia o caráter imóvel daquilo que consideram como ser mulher. A submissão passa a ser compreendida como uma escolha, como um exercício da liberdade inerente ao ser humano, e que, portanto, está sujeita a mudanças, aberta para outras possibilidades, mas principalmente para a possibilidade de a realidade das mulheres ser diferente do que é. Como defendeu Joan Scott (2016, p. 28):

a natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

A partir de então, essa noção de que o sexo biológico não está necessariamente relacionado com as funções sociais desempenhadas pelas mulheres e pelos homens passa a ser desenvolvida, adquirindo um termo próprio: o *gênero*. Este ganha cada vez mais espaço nos estudos referentes às relações entre o masculino e feminino, já que falar em homens e mulheres traz consigo o caráter biológico que se pretende abandonar, tornando-se, assim, o *gênero* uma categoria de análise.

Conforme aponta Scott (2016, p. 20) “o termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens”. Este conceito surge, portanto, a partir de uma reivindicação do movimento feminista para diferenciar o sexo das funções sociais designadas a homens e mulheres, visto que o primeiro apresenta-se como um fator biológico e o segundo como fator cultural, e, portanto, distintos entre si. De acordo com Joana Maria Pedro, as feministas “buscavam desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão

biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero”, portanto, ligadas à cultura” (GROSSI et all, 2015, p. 117).

Ao revelar a cultura como responsável por atribuir às mulheres os papéis sociais que as mesmas vêm desempenhando ao longo da história, o movimento feminista aponta uma nova perspectiva para a área da humanidades: a investigação do sexismo como mediador das relações estabelecidas entre homens e mulheres. Nas palavras de Scott:

minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 2016, p. 21).

E esse novo olhar permite analisar a desigualdade de gênero em diferentes áreas do conhecimento, inclusive a área que se propõe esse trabalho, a filosofia. Afinal, qual reconhecimento é destinado às mulheres na Filosofia e de que forma elas são incluídas na construção do pensamento filosófico? E ao trabalhar com a Filosofia na escola, como esta disciplina inclui as mulheres? De que forma a categoria social de gênero pode vir a contribuir para o pensamento filosófico e para a Educação?

2.2 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS MULHERES NO PENSAMENTO FILOSÓFICO

Para compreender o pensamento filosófico, torna-se indispensável analisar o contexto social na qual ele foi construído. Contudo, analisar a história do pensamento filosófico é uma tarefa extremamente complexa. Por este motivo neste estudo escolhi o recorte de gênero para realizar minhas análises, mas é evidente que muitos outros poderiam ser feitos e que são igualmente importantes, como o étnico, de classe, religioso, etc.

Analisar a filosofia sobre a perspectiva de gênero permite não apenas dar visibilidade às mulheres, mais do que retirá-las do esquecimento também revela os instrumentos capazes de sustentar a dominação de um gênero sobre outro. De acordo com a filósofa Marcia Tiburi (2016, p. 1) “há que se analisar a função de poder que toma o esquecimento como dispositivo.

Se esquecer é um poder, tornar esquecido é dominação. A história das mulheres dela deriva.” Assim, mostra-se necessário reconstruir a história, trazer à memória do pensamento filosófico aquilo que lhe foi negada: o reconhecimento das mulheres na sua construção. Por ter como proposta analisar a Filosofia a partir das contribuições do feminismo, esta pesquisa terá como ponto de partida o movimento sufragista ocorrido no contexto do Iluminismo, pois este é reconhecido como a primeira onda do movimento feminista (GROSSI et all, 2015). Joan Scott aponta que:

os (as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 2016, p. 8 e 9).

Embora a análise de Scott refira-se à história, na filosofia os caminhos percorridos foram semelhantes quando tratadas acerca da temática de gênero, das desigualdades ou das violências, segundo se constatou nas bibliografias consultadas¹. Conforme observado por Tiburi (2016), a filosofia no decorrer de sua história foi escrita por homens e para homens. Afinal, o pensamento filosófico reproduz e justifica a naturalização da desigualdade de gênero em diferentes tempos, espaços e correntes de pensamento. Por outro lado, muitas mulheres reivindicaram a inclusão das mesmas nas teorias filosóficas e lutaram para que esta não tratasse apenas das necessidades masculinas, mas também fosse capaz de incluir as reivindicações feministas, iniciando, assim, uma busca por uma teoria capaz de contemplar em suas ideias os interesses das mulheres. Conforme Scott:

O desafio lançado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise. (SCOTT, 2016, p. 5).

¹Nas duas principais obras filosóficas utilizadas neste trabalho (BEAUVOIR, 2016), (NYE, 1995), o enfoque foi semelhante, pois ambas perpassam os três eixos apresentados por Joan Scott: a perspectiva histórica, econômica e psicanalítica. Tal semelhança deve justificar-se pela contribuição que tais abordagens causaram na forma com que se compreendia o ser humano.

Ao aceitar o desafio de se debruçar sobre a história da filosofia, percebe-se que sem analisá-la a partir da categoria de gênero, será uma história mal contada, que ignora relações de poder responsáveis por configurar os dias atuais como estão. Ao resgatar as memórias das filósofas que foram destinadas ao esquecimento, possibilita-se uma nova compreensão do passado a fim de abrir novas possibilidades para o presente e o futuro.

Na época da Revolução Francesa, por exemplo, muitas teorias estavam em processo de construção para dar conta da nova organização social que emergia dos ideais democráticos de igualdade entre os seres humanos. Claro que inicialmente essas não contemplaram os interesses das mulheres, direcionando a discussão de direitos individuais para os homens.

Se inicialmente as mulheres foram excluídas do ideal iluminista de universalização dos direitos, não faltaram pensadoras que reivindicaram a atenção para a necessidade das mulheres serem percebidas enquanto sujeitos de direitos. Como Olympia de Gouges, filósofa francesa, que elaborou um documento chamado *Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*² no qual afirma que “as mulheres deviam ter todos os direitos que os homens têm, inclusive direito de propriedade e liberdade de fala, e em acréscimo, ter todas as responsabilidades recíprocas” (NYE, 1995, p. 23). Da mesma forma, outras filósofas também integraram as teorias contratualistas. De acordo com a filósofa Márcia Tiburi acerca das teorias da universalização dos direitos:

(...) um dos primeiros feminismos consistentes foi o de Mary Wollstonecraft que no final do século XVIII defendia, contra Burke e Kant, que o feminismo era uma luta pelos direitos da humanidade. E não simplesmente uma inversão da estrutura do poder que deveria passar de direito dos homens às mulheres. O que chamamos de humanidade é um ideal, o da universalidade de direitos sempre defendido pelos pensadores humanistas e iluministas. Facilmente, contudo, calam na contradição de excluírem deste direito da humanidade algo como a metade da humanidade composta pelas mulheres. (TIBURI, 2007, s.p.).

A Revolução Francesa demonstrou a necessidade de um novo modelo social guiado por princípios democráticos e liberais, porém, apesar das mulheres terem participado do movimento, não foram contempladas nas decisões políticas, permanecendo a elas os mesmos papéis sociais desempenhados durante o antigo regime monárquico. Pois, “as mulheres podiam marchar a Versalhes porque suas vozes estridentes exprimiam melhor a fome, emendar casacos, fazer jantares, (...), mas não eram cogitadas em papéis políticos responsáveis” (NYE, 1995, p. 22).

²A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Apesar da relutância política demonstrada principalmente pelo que Beauvoir denominará de “antifeministas”, a França durante o século XVIII mostrou estar “favorável às mulheres; elas se apresentam à maioria dos filósofos como seres humanos iguais aos do sexo forte” (BEAUVOIR, 2016, p. 157). Entretanto, mesmo que os princípios liberais democráticos tenham chamado a atenção de filósofos tais como Voltaire e Montesquieu à exclusão das mulheres na construção do novo modelo político (BEAUVOIR, 2016), Nye (1995, p. 15) menciona que “Locke, Rousseau e os utilitaristas haviam modelado um mundo no qual homens poderiam ser livres e iguais, uma sociedade civil na qual os homens determinariam seus próprios destinos.”

E às mulheres, quais os direitos adquiririam neste novo modelo de sociedade que estava em processo de construção? Se agora as leis é que mediarão as relações entre as pessoas, e não mais os privilégios aristocráticos de nascimento, as mulheres tinham a possibilidade de tornarem-se parte dessa legislação.

A partir daí o sufrágio universal, ou seja, o direito das mulheres ao voto tornou-se a reivindicação central das filósofas feministas da época, como Olympia de Gouges, Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor. Isso porque, para elas, o sufrágio implicaria no reconhecimento dos direitos individuais das mulheres. As filósofas argumentavam que as mulheres eram sim diferentes dos homens, uma vez que tinham seu desenvolvimento prejudicado pela falta de oportunidades. Também não era a intenção delas romper por completo com as instituições tradicionais, suas lutas concentravam na inclusão das mulheres nos direitos que até então eram exclusivos dos homens (NYE, 1995).

Os principais argumentos contra o sufrágio apontavam para a existência de uma natureza submissa e emotiva da mulher, tornando-a incapaz de participar de assuntos políticos, mas, ao mesmo tempo, indispensável para a manutenção da família. Como pode ser visto em Augusto Comte ao afirmar que “os cérebros das mulheres eram menores do que os dos homens e que, portanto, as mulheres deviam ser subordinadas” (NYE, 1995, p. 22) ou conforme Rousseau “as mulheres, sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública” (NYE, 1995, p. 20). O discurso da naturalização dos papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres além de recorrente era bem aceito pelas pessoas, o que prejudicava ainda mais as transformações sociais que poderiam vir a melhorar a vida das mulheres.

A discussão de direitos iguais eram bandeiras de mulheres de uma classe social privilegiada que não pertenciam à classe trabalhadora e que tiveram acesso à educação,

realidade muito diferente de grande parte das mulheres. O que trouxe outra problemática para a atual situação: seria suficiente que os direitos das mulheres fossem reconhecidos?

o direito à educação mesmo que legalmente concedido, seria exercido por quem pudesse pagar, e continuaria sujeito às ideias do que constitui um papel feminino. O direito ao trabalho nada mais era do que o direito de trabalhar naqueles empregos mal pagos que eram considerados apropriados para as mulheres. (NYE, 1995, p. 36).

Tais questões mostraram que não bastaria tornar a mulher um sujeito de direitos, pois não havia condições para que esses direitos fossem efetivados. Acerca da sociedade burguesa europeia do século XVIII, Beauvoir (2016, p. 163) menciona que “a mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe.” Portanto, seja na família ou no trabalho as mulheres permaneceriam subordinadas aos homens, já que tais direitos poderiam ser até reivindicados por mulheres burguesas caso se dispusessem a abandonar seus privilégios e conquistar sua libertação no trabalho. No entanto a maioria das mulheres era da classe trabalhadora e dificilmente teriam dinheiro suficiente para investir em educação, propriedades ou ter uma vida independente, sem maridos. Quer dizer, o patriarcado burguês não teria o que temer, afinal, suas estruturas permaneceriam intactas.

Uma vez que o reconhecimento dos direitos das mulheres se mostrou insuficiente para garantir a igualdade entre homens e mulheres, a atenção voltou-se para outra estrutura que vinha ganhando cada vez mais espaço nos debates filosóficos: a econômica. Nas palavras de Beauvoir (2016, p. 20): “(...) uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos” Dessa vez o foco das teorias feministas estaria nas mulheres trabalhadoras, que aumentavam a cada dia, tendo em vista o fortalecimento da industrialização ocorrida no século XIX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (BEAUVOIR, 2016).

Já tendo a experiência de uma reforma que transformou as estruturas políticas da época, mas que concentrou suas forças na classe burguesa, agora era a vez da classe trabalhadora. Assim o socialismo passa a ser proposto como um modelo social capaz de romper com a má distribuição da riqueza que tem como resultado a pobreza. Apesar de inicialmente não incluir as especificidades das mulheres em seu projeto de sociedade, nesse período, também houve mulheres que se identificaram com o socialismo, tais como Emma Goldman e Flora Tristan e que apresentariam outra estratégia para o feminismo:

o antídoto para a opressão das mulheres não era a legislação, mas uma organização de trabalhadores. As feministas não deviam tentar descobrir nas estruturas socioeconômicas existentes os meios legais de defender os interesses das mulheres, mas trabalhar para destruir essas estruturas. (NYE, 1995, p. 53).

Assim, a luta das mulheres não buscava por mais reformas políticas, mas por uma revolução socioeconômica capaz de romper com as atuais estruturas capitalistas que exploram os trabalhadores e as trabalhadoras, deixando-os (as) na miséria. Portanto o alvo agora era a propriedade privada e os meios de produção. De acordo com Beauvoir (2016, p. 85) sobre o destino idealizado das mulheres no socialismo, “enquanto a sociedade socialista tiver dominado o mundo inteiro, não haverá mais homens e mulheres, mas tão somente trabalhadores iguais entre si”. Acreditava-se que ao acabar com o capitalismo se extinguiria também as opressões sofridas pelas mulheres, mesmo que essa não fosse uma preocupação inicial de socialistas como Marx³.

De tal modo, os papéis desempenhados por homens e mulheres na família capitalista eram compreendidos como frutos da função social determinada a ela, que a tornou um meio de produção que reproduzia a dicotomia entre exploradores e explorados. Nesse sentido, a causa das opressões não era mais a natural, e sim a econômica (BEAUVOIR, 2016). Porém, foram nas vozes de filósofas como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai que a teoria marxista deu maior atenção às mulheres trabalhadoras, esperançosas com as repercussões da Revolução Russa, que estabeleceria a União Soviética como um estado comunista. No entanto, no decorrer do tempo, as expectativas novamente mostraram-se maiores que a realidade. Afinal, muitas relações existentes no capitalismo permaneceram no socialismo, como a família.

Quando examinadas a partir do sexismo, as relações de gênero no regime comunista permaneceram desiguais, mesmo ao não ter seu trabalho explorado pelo capitalismo, visto que as novas relações que se esperava que surgissem não aconteceram. Tanto que a família, instituição alvo de críticas dos filósofos e filósofas marxistas, continuou a oprimir e subjugar as mulheres. Se com Lenin, na Rússia, as coisas já não estavam fáceis para as feministas, com Stálin a situação se agravou ainda mais, tendo em vista sua política totalitarista, submetendo a individualidade ao bem do Estado. E quando se trata de fazer sacrifícios, os das mulheres é

³Engels foi um pensador comunista que fez uma importante contribuição ao analisar a propriedade privada e a família, Engels desnatura o sexismo, pois defende que antes da propriedade privada ser instituída a sociedade era comunal e matriarcal, tanto o trabalho do homem quanto da mulher eram considerados produtivos. Esse argumento seria aproveitado pelas filósofas socialistas (BEAUVOIR, 2016).

sempre o mais aguardado. E novamente as filósofas retomaram a busca por uma teoria capaz de contemplar o feminismo (NYE, 1995).

Ao Simone de Beauvoir apresentar ao mundo uma análise existencialista da opressão contra as mulheres em *O Segundo Sexo*⁴, os estudos referentes à condição de ser mulher no mundo tomam uma nova perspectiva. O indivíduo volta a ser o centro das atenções do pensamento filosófico sob outra forma: a análise da consciência. Esta se apresenta como requisito para compreender como se desenvolvem as relações humanas, ou seja, de que forma acontece o encontro entre as consciências.

Dessa maneira, a filósofa se propõe a pensar o ser humano na sua totalidade, visto que “o mundo sempre pertenceu aos homens. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente” (BEAUVOIR, 2016, p. 95). Ou seja, nem a biologia, a psicanálise, a economia ou a história dão conta de explicar o porquê a mulher foi subjugada e destituída de parte de sua humanidade, destinada, então, a um papel secundário na sua existência.

Se no liberalismo a coletividade era controlada a partir do reconhecimento dos direitos individuais, no comunismo o indivíduo era subjugado pelos interesses da coletividade. Tais modelos sociais mostraram-se ineficazes quando pensados a partir de uma perspectiva feminista. Afinal, “nenhuma definição adequada de opressão ou libertação pode ser dada até que as pessoas sejam vistas não como objetos, mas como sujeitos, porque é quanto à sua subjetividade que a opressão atua” (NYE, 1995, p. 101).

Ao considerar o ser no mundo como foco principal, o existencialismo propõe-se a estudar algo que havia sido menosprezado até então: o sujeito enquanto ser livre para agir e pensar, capaz de escolher o que quer ou não, independente de estruturas sociais, econômicas ou hereditárias. Pois conforme o pensamento existencialista “a mulher não tem essência assim como nenhum ser humano tem. Em sua livre escolha ela se faz o que é” (NYE, 1995, p. 107). Ao afirmar que não existe natureza humana, Beauvoir coloca a opressão como uma escolha fruto da liberdade inerente ao ser humano. Mas se o que somos é resultado de nossas escolhas, o que faz com que o sexismo continue a intermediar as relações entre homens e mulheres? Ainda mais, o que faz com que as mulheres aceitem serem cúmplices da própria opressão?

cabe então perguntar: por que as mulheres aceitaram essa opressão? Se elas são livres, dado que um sujeito humano deve ser livre, por que têm de viver vidas tão restritas? A resposta de Beauvoir era invocar a noção sartriana de má-fé em todas as

⁴BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

suas muitas formas. Os seres humanos são livres, mas podem impedir essa liberdade e, infelizmente, uma situação da mulher permite-lhe mais e melhores meios de enganar-se do que quaisquer outros grupos oprimidos. Primeiro a mulher é enredada na má-fé dos homens. Os homens a querem como objeto, uma inferior, um ser sem vontade. Estimulam a fraqueza dela, punem a autoafirmação, tornam-na dependente, atormentam-na com o gancho farpado da cortesia ou adoração. Esse é o pior crime, dizia Beauvoir – tentar destituir outro ser humano de sua humanidade. (NYE, 1995, p. 108).

Dessa forma Beauvoir demonstra que as ações dos homens agem na subjetividade das mulheres no momento em que limitam a sua participação na sociedade e restringem o pleno desenvolvimento de suas vontades. Um ser sem vontade própria torna-se dependente da vontade alheia e pode aceitar como natural essa condição. Portanto, não é por acaso que as mulheres aceitam desempenhar o papel de submissas, pois muitos são os vínculos mantidos para impedir o exercício de sua liberdade. No momento em que são fortalecidas as relações de dependência se tem como resultado a fragilização da autonomia, assim como da possibilidade de agir e participar, ou seja, ao coibir as ações das mulheres, colocam-nas como seres inferiores.

Em meio a esse contexto, os interesses e necessidades das mulheres estão submetidos às escolhas que imputam a elas. Apesar de tudo, se submeter continua a ser uma escolha e as mulheres podem negar essa condição desde que se rebelem contra seu opressor e destruam os vínculos capazes de mantê-las prisioneiras de sua opressão.

E, conforme Beauvoir, é nesse momento que o feminismo pode vir a contribuir para a mudança na vida das mulheres, quando essas rejeitam os papéis a elas designados e se libertam da submissão, colocando suas escolhas como prioridade, ou seja, quando exercita a autoafirmação. Conforme esclarece Nye (1995, p. 109), “a mulher deve rebelar-se, deve inverter os papéis, deve afirmar-se contra o opressor. Quando ela faz isso, o opressor torna-se a coisa que bloqueia a liberdade, e ela o sujeito, recusando os limites impostos pelo homem”.

Os discursos de Beauvoir sobre a desnaturalização da condição da mulher no mundo levaram as feministas a estudarem cada vez mais as armadilhas do patriarcado, pois se mostrou necessário saber contra o que era preciso rebelar-se. Isso porque o debate acerca da desigualdade entre homens e mulheres crescia no âmbito do pensamento filosófico, não sendo mais discussão exclusiva da política ou da ciência. Embasadas nessa nova forma de pensar, mais mulheres passam a denunciar as estruturas sociais responsáveis por dar continuidade ao sexismo, como Ti'Grace Atkinson, Susan Brownmiller e Andrea Dworkin.

Estas realizaram uma análise profunda da cultura e da sexualidade, de como o poder dos homens se sustenta e suas repercussões na vida das mulheres, citando como exemplos a

pornografia, o estupro, a maternidade, a heterossexualidade e o casamento. Ou nas palavras de Nyer sobre Brownmiller: “o resultado é que a cultura é uma cultura da violência sexual; todos os homens estão implicados nela porque todos os homens tiram vantagens do medo que os verdadeiros violentadores causam às mulheres” (NYE, 1995, p. 122, apud BROWNMILLER, 1975).

Essa corrente passou a ser considerada como feminismo radical, pois aponta os mecanismos de sustentação do patriarcado, responsabilizando, principalmente os homens por aproveitarem dos privilégios da sociedade sexista, visto como inimigos em uma guerra na qual só existem senhores e escravos e quem não quer ser subjugada precisa subjugar, defendendo, assim, a inversão dos papéis e até mesmo o separatismo, com a proposição de comunidades constituídas apenas por mulheres. (NYER, 1995)

Embora intenso, o feminismo radical também enfrentou dificuldades quanto a sua aplicação no âmbito social. Apesar de terem ampliado os conteúdos referentes à opressão das mulheres, tais conhecimentos não foram suficientes para romper com os mecanismos de manutenção da dominação masculina. Sua ineficácia não estava relacionada necessariamente ao conteúdo das teorias, mas à falta de uma estratégia capaz de fazê-las atingir as estruturas patriarcais que fossem bem aceitas pelas mulheres. Afinal, a teoria existencialista não dava conta dos conflitos originados do encontro entre as consciências, o que se sabia sobre a subjetividade parecia não ser suficiente para transformá-la nas suas manifestações na realidade. Pois, “as mulheres não lutam contra um anônimo outro masculino, mas contra pais, irmãos, mães, maridos” (NYE, 1995, p. 142). E nem todas as mulheres estavam dispostas a romper com as relações estabelecidas com os homens, porque mesmo que patriarcais ainda assim eram vínculos afetivos.

Devido à dificuldade encontrada em romper com as estruturas patriarcais tornou-se necessário ir mais a fundo na questão da consciência. Afinal, se as relações de gênero são marcadas apenas pela dominação, qual a saída existente para a libertação das mulheres sem ser a completa ruptura dos vínculos entre homens e mulheres? Como mudar a vida das mulheres se as mesmas não estavam dispostas a abandonar suas relações com os homens?

Tal questionamento aproximou muitas filósofas ao estudo da psicanálise. Por mais que a teoria freudiana fosse muito criticada pelo movimento feminista, inclusive pela Simone de Beauvoir⁵, a análise da consciência, do inconsciente e da formação da personalidade pode

⁵Apesar de Freud não ser considerado um filósofo, sua teoria psicanalista influenciou diretamente o pensamento filosófico, principalmente ao trazer à tona a ideia do inconsciente, que transformou a maneira como a própria

ser aproveitada em um de seus principais aspectos: a família. Isso porque a família mostrou-se um importante mecanismo de transferência das estruturas patriarcais, visto que nela se desenvolve a personalidade, se reproduz os papéis esperados do masculino e feminino, enfim, ali é que as consciências, elemento tão caro para o existencialismo, se formam. (NYE, 1995).

Graças a filósofas como Jane Flax, Nancy Chodorow e Juliet Mitchell uma nova proposta de organização familiar surge. Pois, “se a mãe não fosse a guardiã única da criança nos primeiros anos, a dinâmica do desenvolvimento masculino-feminino seria diferente” (NYE, 1995, p. 160). Portanto, elas apontam para a importância do cuidado da criança nos primeiros anos não sejam de exclusividade da mãe, pois tal comportamento transfere para a criança a ideia de que a mulher pertence o espaço privado e ao homem o espaço público e para que haja uma mudança nesse contexto mostra-se necessário o compartilhamento das responsabilidades ou a própria extinção da família patriarcal para que uma nova forma de organização possa vir a surgir. Acreditavam que ao mudar a experiência, transformar-se-ia também a identidade dos sujeitos.

Em meio a tais discussões surge na teoria psicanalista, a teoria de Lacan, que desloca para a linguagem a formação da identidade, priorizando o estudo dos símbolos e da forma como são transmitidos de geração para geração. Visto que para ele, “sem linguagem, sem a transição do animal para o humano não pode haver história nem experiência” (NYE, 1995, p. 169). Assim, ele aumenta a profundidade do processo de construção da identidade feminina e masculina e mais uma vez as feministas exploram as pesquisas acerca das causas da submissão feminina e buscam a partir das teorias psicanalíticas desnaturalizar a opressão sofrida pelas mulheres e encontrar uma estratégia para combatê-las.

As raízes freudianas presentes na teoria de Lacan não rompem com a perspectiva masculina com a qual foi construída, cabendo às psicanalistas e filósofas da linguagem mostrar alternativas que incluam as mulheres sem reforçar sua desigualdade. Ao debruçarem-se mais sobre a temática da linguagem e seus signos as filósofas tornam a denunciar que as relações de poder também estão presentes nela, seja através da própria palavra, quando palavras de mesmo sentido semântico possuem significados ou valores diferentes quando categorizadas pelo gênero, ou nas relações entre elas (NYE, 1995).

Portanto, mesmo que se utilizem da linguagem, esta ainda será uma linguagem masculinizada, como se apropriassem de uma linguagem que não lhes pertencessem. Visto

razão era compreendida até então. A sua teoria psicanalítica aparece nos livros didáticos de Filosofia e em parte das bibliografias analisadas.

que “a diferença de sexos acha-se embutida no vocabulário disponível, tornando improvável que no atual estado da linguagem possa ser um veículo para a expressão das mulheres” (NYE, 1995, p. 209).

Fora do âmbito da linguagem, outra resposta aos conflitos originários do encontro entre sujeitos está no pensamento de Hannah Arendt⁶, que apesar de não ter considerado em sua análise a opressão contra as mulheres, desenvolveu estudos éticos e políticos que explicam o porquê as relações humanas se constituem muitas vezes através da violência e de que forma ela poderá se transformar em poder (ARENDR, 2010).

Uns dos principais elementos que permeará as reflexões filosóficas de Hannah Arendt são os conceitos da pluralidade humana e de poder. O primeiro aparecerá em sua teoria como condição para o exercício autêntico da ação humana; por sua vez o conceito de poder é visto pela autora como uma habilidade de agir coletivamente para o bem comum, por isso, oposta à violência. Esta por sua vez, surge quando o poder não está presente, resultando na dominação de uns grupos sobre outros (ARENDR, 2010). Se entendermos que o sexismo é uma forma de dominação masculina, pode-se compreender também que tal dominação da mesma forma prejudica a pluralidade humana e o exercício da ação das mulheres, embora a filósofa em questão não tenha voltado suas teorias para a temática feminista.

Este pensamento é percorrido na preocupação com o ser humano, a humanidade e o resultado da relação entre eles. Afinal, pretendem-se encontrar, através da reflexão sobre a condição humana, poder e violência, as diferentes possibilidades da superação de conflitos oriundos das relações humanas, mostrando que poderiam existir outras maneiras, para além da violência, de superá-los, à medida que a organização social possa respeitar a singularidade de cada ser humano e que, assim, esse seja capaz de agir coletivamente nesta organização, resgatando o mundo comum (ARENDR, 2014, 2010).

A pluralidade humana permeia todas as atividades humanas, mas apenas a ação é capaz de proporcionar seu desenvolvimento. E a maneira com a qual as pessoas interagem entre si, sempre mediadas por um mundo comum, pode resultar em diferentes realidades dependentes da forma com a qual as pessoas existem para o mundo. Assim, quando há o movimento do agir uns em relação aos outros, foge-se do conformismo do não agir, de apenas

⁶A escolha por abordar o pensamento da filósofa Hannah Arendt deve-se pela relevância de sua análise acerca das relações sociais mediadas pelos conceitos de ação, pluralidade humana, poder e violência e também por ser uma das poucas filósofas que aparecem nos livros didáticos de Filosofia analisados para esta pesquisa. Além disso, a pluralidade humana é um conceito desenvolvido a partir do sujeito enquanto indivíduo livre para agir e não do sujeito universal masculino.

se comportar. O agir é responsável pela diversidade de perspectivas e realidades (ARENDR, 2014).

Enquanto cada pessoa é única e possui seu aspecto privativo, existem coisas, percepções e relações que podem ser compartilhadas coletivamente. Essa é a importância do mundo comum enquanto mediador das relações humanas, pois independente do aspecto privativo do sujeito, esse sempre está voltado a um objeto comum a todos, o mundo, e a consciência das diferenças entre as pessoas só é possível por estarem voltadas a ele.

Conforme Hannah Arendt:

nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela natureza comum de todos os homens que o constituem, mas sobre tudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode discernir a mesma objetividade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana. Isto pode ocorrer nas condições do isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar com ninguém, como geralmente ocorre nas tiranias; mas pode ocorrer também nas condições da sociedade de massas ou histeria em massa, onde vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma única família, cada um a manipular e prolongar a perspectiva do vizinho. Em ambos os casos, os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser visto e ouvido por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva. (ARENDR, 1995, p. 67 e 68).

Assim, o movimento de ser reconhecido e de reconhecer, se assim pode-se denominar a ação de ver e ouvir os outros e de ser visto e ouvido por eles, tem seu desenrolar enquanto as pessoas estão voltadas para o mundo comum, mas para que este movimento não aconteça de forma repetitiva abrangendo um único aspecto é necessário que as pessoas não apenas sejam singulares, mas que se revelem umas às outras dessa forma, e nesta relação entre o singular e o comum está contida parte da complexidade da condição humana. Já a destruição do mundo comum geralmente é resultado de destruições anteriores, dele não se apresentar às pessoas na diversidade que o constitui originalmente, prejudicando, assim, o exercício da ação e a revelação da pluralidade humana. Assim, para que o mundo comum exista é necessário que a pluralidade humana exista também.

Nesse sentido é possível estabelecer uma relação entre a dominação masculina e a teoria de Hannah Arendt se entendermos que o patriarcado ao impedir a ação das mulheres e a revelação de sua singularidade e pluralidade prejudica a ação das mulheres no mundo comum,

impossibilitando que homens e mulheres compartilhem o mundo da mesma forma, resultando na violência, na dominação de um grupo social frente a outro. Além disso, a filósofa não utiliza mais da ideia do sujeito universal masculino, visto que a condição para a afirmação do sujeito é a sua singularidade, e apenas quando essa é respeitada que se torna possível uma ação política autêntica, original.

Ao reavaliar a história do pensamento filosófico considerando a categoria de gênero nota-se que a invisibilidade das mulheres prejudica o aprofundamento em conceitos que quando analisados somente a partir da dominação masculina tornam-se menos reflexivos, visto que falta-lhes a diversidade que somente quando as pessoas são livres para serem o que são podem expressar. E fica a dúvida de quantos pensamentos filosóficos deixaram de serem feitos por falta de oportunidade, espaço ou reconhecimento? Como seria a história da Filosofia se as filósofas não tivessem que despender tanto esforço para justificar e disputar sua presença em um território que lhes era negado?

Enfim, o fato é que as relações entre homens e mulheres são desiguais e por isso o estudo do conhecimento através da categoria de gênero mostra-se necessário. Mas se não podemos mudar o passado, que sejamos justas e justos a sua memória, para que outra configuração das relações humanas seja possível, para que possamos fazer do tempo que está aí e virá algo novo, não apenas a repetição de preconceitos passados.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA A FILOSOFIA

Analisar o pensamento filosófico a partir da categoria de gênero é um estudo que contém em si uma proposta: a ideia de que tudo pode ser diferente do que é. O conhecimento liberta, mas não qualquer conhecimento, ele precisa ter a medida do ser humano, ou seja, precisa ser imensurável. Não é difícil perceber que sem a perspectiva de gênero, a filosofia distancia-se de algo que para ela é fundamental: a verdade. Olhamos para a realidade e vemos uma diversidade humana que parece impossível de descrever. Mas ao analisar o pensamento filosófico, percebe-se que ele é guiado por um sujeito universal que é tudo o que a diversidade não é: um modelo único, masculino, com a pretensão de estar acabado.

A fim de dar visibilidade às mulheres na filosofia torna-se fundamental reconhecê-las enquanto produtoras de conhecimento, pois resistir ao sujeito universal masculino é uma questão de justiça. Conforme aponta Tiburi (2007, s.p.) sobre as mulheres na história:

(...) há que se analisar a função de poder que toma o esquecimento como dispositivo. Saber esquecer é um poder, tornar esquecido é dominação. A história das mulheres dela deriva. (...) A história como memória é uma luta contra a morte do passado. E o esquecimento longe de ser algo desejável é o seu algoz.

Portanto, não é por acaso que ao analisar historicamente o pensamento filosófico, percebe-se que este foi predominantemente um espaço masculino. O esquecimento às quais as mulheres foram submetidas está relacionado com a dominação masculina, com o poder exercido de um gênero sobre o outro, desvalorizando-o na medida em que o oculta. No entanto, se há sexismo, também há resistência, visto que “a teoria não tem origem na natureza nem na lógica, mas na luta para dar sentido à atividade humana. As filosofias dos homens são teorias das atividades dos homens, atividades essas que desde o início excluem as mulheres” (NYE, 1995, p. 267). E as filósofas, sejam elas feministas ou não, utilizaram como armas a própria racionalidade para transformar esse contexto:

se o patriarcado teve um início histórico, pode também ter um fim histórico. Isso não quer dizer que a ação feminista baseada nas filosofias do liberalismo, marxismo, existencialismo, psicanálise e teoria linguística foi ou é inútil: não se pode facilmente vagar sem sofrimento e sem esforço fora da teia do nosso mundo e começar a tecer um novo; essa fuga só pode ser fracasso. Em cada época, o centro, o nervo do poder só é obtido por uma meticulosa separação de peça por peça até que o mecanismo da opressão seja finalmente entendido. (NYE, 1995, p. 271).

Independente se os resultados atendiam ou não as expectativas, o ponto fundamental é que cada discurso filosófico elaborado por uma mulher contribuiu para combater a opressão contra elas, visto que demonstra ser uma resistência à dominação masculina. Retirar as mulheres do esquecimento torna-se uma afirmação das mesmas enquanto sujeitos, é resistir ao papel secundário ao qual foram subjugadas e este resgate, de acordo com a filósofa Tiburi (2007), “é a única saída para o feminismo filosófico”.

Nesse sentido, a participação das mulheres na filosofia e o questionamento que as mesmas realizaram sobre o sexismo e suas repercussões na sociedade demonstram o exercício fundamental do filosofar, o de não aceitar como verdadeiras as teorias sem antes investigá-las por si mesmas, de não se satisfazer com aquilo que está estabelecido e ter esperança que o conhecimento é transformador e libertador, a fim de possibilitar a configuração de novas

relações nas quais as pessoas, sejam elas homens ou mulheres, possam se desenvolver livres para agir e pensar.

No entanto, para isso, mostra-se imprescindível resgatar e valorizar a participação das mulheres, inclusive na construção do pensamento filosófico, proporcionando assim a visibilidade que por muito tempo lhes foi negada e a ampliação das possibilidades de construir uma nova forma de pensar, um pensar menos excludente e mais transformador, capaz de contemplar diferentes perspectivas, inclusive a de gênero.

Portanto, o caminho escolhido para esta pesquisa percorrerá dois momentos distintos, mas que também complementam um ao outro. Um deles foi apresentado até aqui com o objetivo de reconhecer e valorizar a participação das mulheres no pensamento filosófico e, ao mesmo tempo, denunciar as consequências da desigualdade de gênero, com enfoque na negação das mulheres enquanto sujeitos; o outro consiste em uma reflexão sobre as relações de gênero no ensino de Filosofia a partir da análise dos livros didáticos desta disciplina.

3 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DA DIVERSIDADE

No capítulo anterior ao investigar a filosofia a partir da categoria social de gênero pode-se perceber que há uma desigualdade nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. O esforço de filósofas em explicar as origens e repercussões da desigualdade de gênero constatou a complexidade desta questão, pois a dominação masculina perpassa de diferentes maneiras nas relações humanas, favorecendo sua reprodução em diferentes aspectos das relações sociais.

Desvendar os mecanismos que contribuem para manter essa configuração excludente mostra ser fundamental para possibilitar o surgimento de novas relações entre as pessoas, uma forma na qual as pessoas possam ser livres para se desenvolverem, sem estarem submissas nem submeterem ninguém. E essa transformação tão necessária deve ser analisada também na educação escolar, o que justifica a inclusão do debate acerca do gênero nas escolas. De acordo com Cartilha Igualdade na Escola:

(...) o debate de gênero nas escolas visa uma escola mais inclusiva e com menos preconceitos! As escolas, além de refletirem a diversidade da sociedade brasileira – de etnia, religião, orientação sexual, classes, etc. – devem ser um espaço transformador, onde as futuras gerações aprendam a conviver e respeitar essas diferenças. Promover a igualdade de gênero não significa anular as diferenças, mas garantir que a escola seja um espaço democrático onde essas diferenças não se transformem em desigualdades. (LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA, 2016).

Portanto, a escola tem a diversidade na sua constituição e a convivência nessa diversidade mostra ser um importante aprendizado para uma educação “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Dessa forma, o respeito à diversidade e às suas manifestações deveriam constituir as práticas escolares para que possam potencializar seu caráter transformador, solidário e democrático. Afinal, uma educação à altura de seus princípios e finalidades torna-se um importante instrumento de mudança social já que não busca qualquer saber, mas um saber construído para possibilitar o desenvolvimento das pessoas junto ao fortalecimento dos vínculos sociais.

As instituições escolares não estão isoladas do contexto social a que pertencem, e ao mesmo tempo em que refletem a diversidade existente na sociedade, ela também reproduz em seu cotidiano muito de seus preconceitos. Reconhecer essas expressões da desigualdade para oportunizar suas transformações não é tarefa fácil, visto que tais violências estão presentes naquilo que aparece e também no que é omitido.

Seja nos discursos, nos currículos, nas práticas pedagógicas, nas avaliações, nos materiais didáticos ou na própria organização escolar, o olhar crítico e atento demonstra ser de suma importância, visto que esta postura questionadora pode ser uma catalisadora das mudanças sociais indispensáveis para o exercício da cidadania. Acerca das reflexões suscitadas pela diversidade, as autoras e autores Grossi et all (2015, p. 65):

é por esse caminho, então, que a preocupação em considerar as diversidades e as diferenças próprias do tempo, do espaço e seus sujeitos são importantes. Assim, faz-se necessário tratar de textos – no sentido mais amplo do termo, como espaço polissêmico – que transitem sobre temas transversais como: sexualidades, orientação sexual, gênero, questões étnico-raciais, deficiência, propondo/possibilitando reflexões no que se refere à interação simultânea de identidades culturais, das desigualdades, das hierarquias, da construção social da identidade plural, das identidades, das diferenças de gênero na organização social das vidas pública e privada.

Portanto, para refletir sobre a heterogeneidade das relações humanas mostra-se necessário revisitar os elementos que compõem e interagem com as práticas sociais, como, por exemplo, os textos, pois são espaços plurais com potencial para possibilitar a compreensão das diferentes identidades, assim como suas hierarquias e desigualdades.

A fim de contribuir para o reconhecimento das opressões existentes na educação escolar, esta pesquisa realizou uma análise dos livros didáticos de Filosofia de maneira a investigar como estes dialogam com a temática de gênero e se há a reprodução do mesmo sujeito universal masculino constatado no capítulo anterior.

3.1 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA

Os livros didáticos de Filosofia foram selecionados conforme os dados mais atuais oferecidos pelo Ministério da Educação no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, o PNLDEM. Este Programa tem por objetivo distribuir livros didáticos para

todas as escolas públicas brasileiras. A primeira seleção dos livros didáticos é feita pelo próprio Ministério da Educação por critérios por ele estabelecidos. Depois os materiais selecionados são encaminhados para as escolas públicas a fim de serem analisados pelos professores e professoras de cada componente curricular, que por fim irão escolher os dois livros didáticos que melhor se adequam ao seu planejamento e objetivos pedagógicos.

Como no momento da pesquisa o último dado publicizado pelo referido Programa com relação à distribuição dos livros refere-se ao ano de 2015, foram analisados os quatro livros mais escolhidos pelas escolas públicas brasileiras deste período. Tais informações estão disponíveis no site do Ministério da Educação, através do Guia do Livro Didático. (BRASIL, 2016).

Os livros didáticos escolhidos foram: Filosofia foi o *Filosofando: Introdução à Filosofia*, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins; *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes; *Filosofia: uma experiência do pensamento*, de Silvio Gallo; e *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí.

3.1.1 Critérios utilizados para a coleta de dados

A escolha dos livros didáticos como material para pesquisa se deu pela materialidade que os mesmos proporcionam em relação ao currículo vigente. Afinal, seus conteúdos são selecionados e sistematizados conforme os objetivos educacionais vigentes, ou seja, de acordo com o que se espera que seja ensinado nas escolas. Embora não seja o único recurso didático existente, em muitas instituições escolares é a alternativa mais acessível para auxiliar na aprendizagem (LEAL; OLIVEIRA, 2016).

Contudo de que forma o pensamento filosófico é transmitido por estes materiais? Será que os livros didáticos reproduzem a dominação masculina presente no pensamento filosófico ou dialogam com o contexto social de diversidade no qual está inserido seu público-alvo?

Para a coleta dos dados mostrou-se necessário a utilização de critérios para auxiliar na identificação dos filósofos e filósofas que aparecem no material analisado⁷. São eles:

⁷ Os nomes dos pensadores e pensadoras encontrados em cada livro didático analisado estão descritos no Apêndice.

- Foram elencados e elencadas apenas os filósofos e as filósofas que foram citados e citadas nos textos, imagens e outros destaques. Os exercícios didáticos presentes no livro não foram analisados;
- Alguns pensadores e pensadoras de outras áreas foram incluídos na análise quando a autora ou o autor do livro didático enfatizou as teorias do mesmo modo como evidenciou as teorias dos filósofos e filósofas, demonstrando, assim, a relevância de tais teorias para a compreensão do pensamento filosófico⁸;
- Os nomes foram incluídos conforme a grafia apresentada no livro didático pelo autor ou autora.

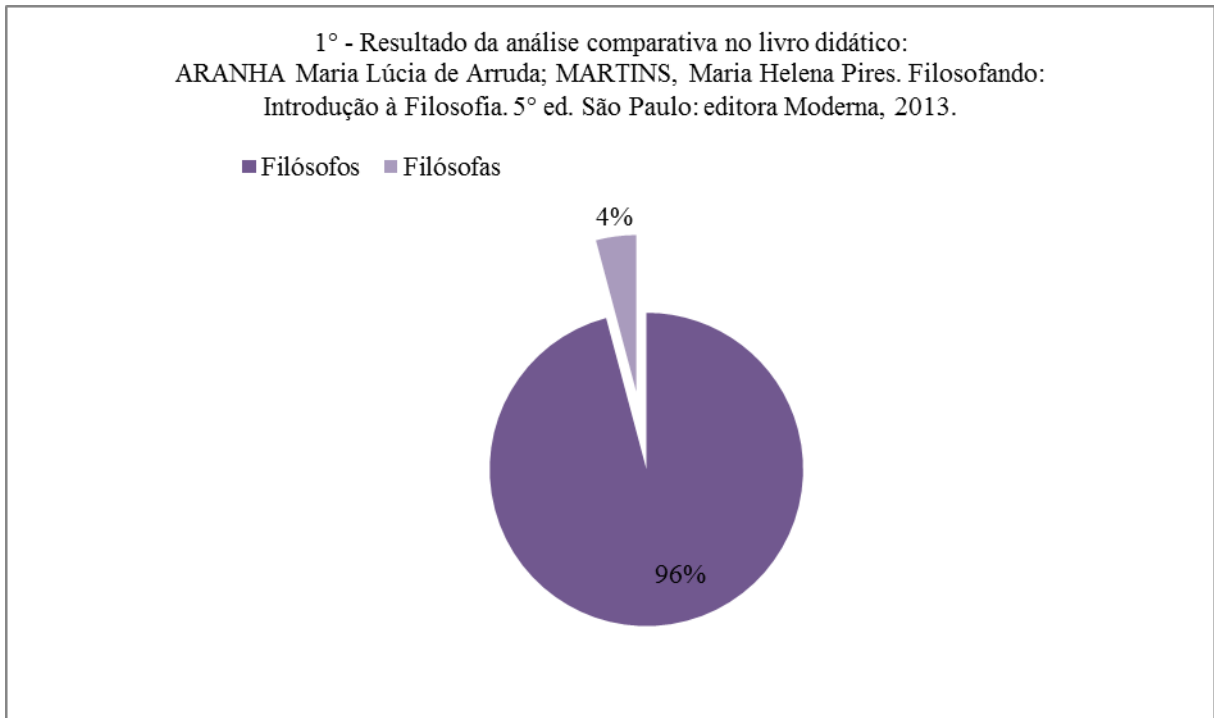
Para alcançar uma melhor compreensão sobre os temas Gênero e Filosofia também serão analisados de maneira geral como a mulher está representada nos livros didáticos e se, mesmo que indiretamente, as relações de gênero são abordadas nos conteúdos.

3.2 REFLEXÕES GERADAS A PARTIR DA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA

O livro mais escolhido pelos professores e professoras de Filosofia foi o *Filosofando: Introdução à Filosofia*⁹, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins. De acordo com os dados encontrados, o número de filósofos citados foi de 185 (cento e oitenta e cinco), em contraponto a 8 (oito) filósofas encontradas ao longo do livro, ou seja, em média, para cada filósofa encontrada há em torno de 23 (vinte e três) filósofos. O gráfico a seguir demonstra essa desigualdade em percentuais:

⁸ Para exemplificar, um dos pensadores que não é reconhecido como filósofo, mas que foi incluído na análise devido ao enfoque dado pelos autores e autoras dos livros didáticos é o psicanalista Sigmund Freud.

⁹ ARANHA Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 5^o ed. São Paulo: editora Moderna, 2013.



A diferença entre os filósofos e as filósofas não é apenas em quantidade. Apesar deste livro apresentar o maior percentual de filósofas em relação aos filósofos citados quando comparados aos demais livros didáticos que irei expor mais adiante, o espaço destinado a elas foi exatamente o das citações, quer dizer, houve pouco enfoque nas teorias das filósofas apresentadas.

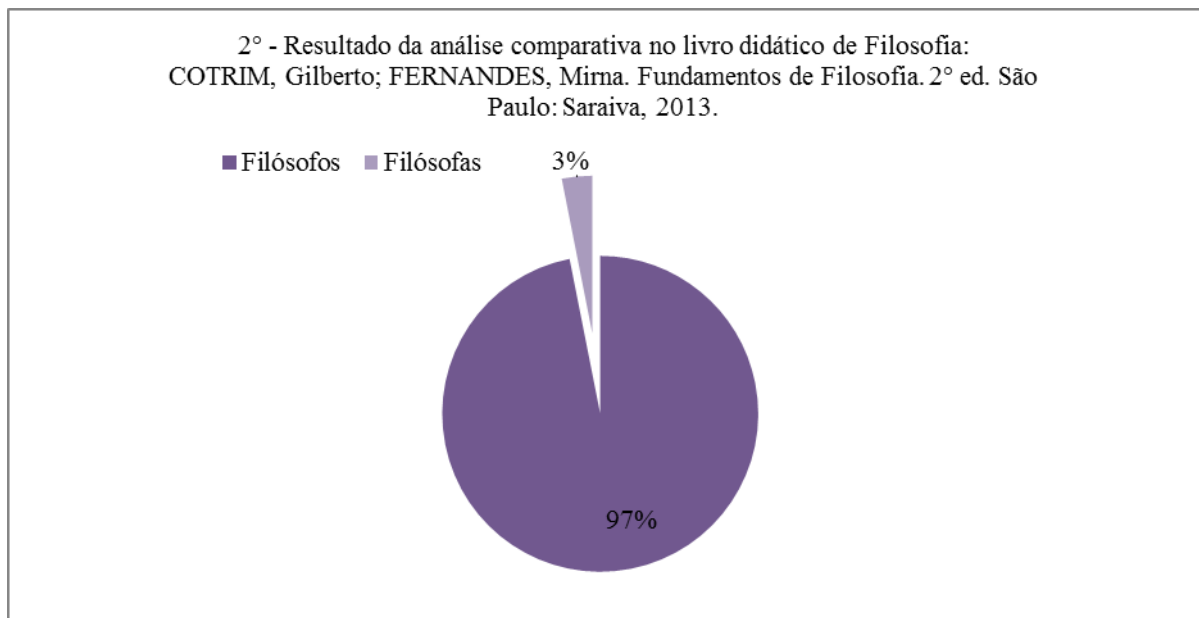
Portanto, o espaço comumente designado às filósofas neste livro didático e em grande parte dos outros livros também analisados está limitado ao das citações, visto que os pensamentos das filósofas poucas vezes foram aprofundados de maneira a buscar a compreensão de suas próprias teorias, e sim o entendimento dos pensamentos de outros filósofos. As pensadoras referenciadas no livro didático foram Anne Cauquelin, Hannah Arendt, Harriet Taylor, Hipátia de Alexandria, Marilena Chauí, Olgária Matos, Scarlett Marton e Simone de Beauvoir. Entre as filósofas encontradas o maior destaque foi para Marilena Chauí, cujo pensamento foi citado de forma direta mais de uma vez, mesmo que brevemente.

O segundo livro didático mais escolhido pelos professores e professoras para ser utilizado no ensino de Filosofia no Ensino Médio foi *Fundamentos de Filosofia*¹⁰, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes. Conforme os dados encontrados houve 187 (cento e oitenta e sete)

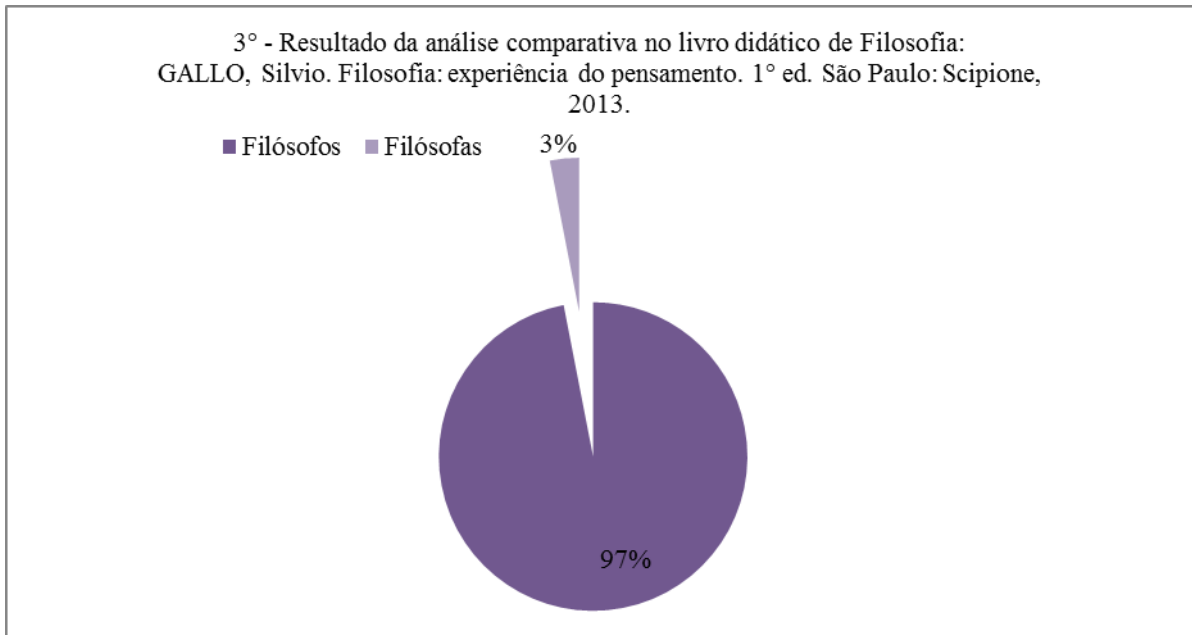
¹⁰COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. 2° ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

filósofos para 6 (seis) filósofas, ou seja, aproximadamente para cada pensadora encontrada em citações há em média 31 (trinta e um) pensadores. Da mesma forma que no livro anteriormente analisado não houve grande destaque às teorias das filósofas, uma vez que suas contribuições são percebidas apenas em breves citações. A qualidade das referências reproduz o papel secundário destinado às mulheres na Filosofia, uma vez que não apenas em quantidade, mas a qualidade das referências mostra-se inferior quando comparadas às referências filosóficas masculinas. As filósofas encontradas na análise foram Hannah Arendt, Hipátia de Alexandria, Jaqueline Russ, Marilena Chauí, Simone de Beauvoir e Susanne Langer.

Os dados encontrados estão representados em percentuais no gráfico a seguir:



O terceiro livro didático mais escolhido pelos professores e professoras foi *Filosofia: uma experiência do pensamento*¹¹, de Silvio Gallo. Após a análise deste livro didático a disparidade entre filósofos e filósofas também foi bastante representativa, visto que a quantidade de filósofos encontrados alcançou o número de 93 (noventa e três) e de filósofas apenas 3 (três), ou seja, se fizermos uma média aproximada pode-se dizer que a cada filósofa mencionada houveram pelo menos 31 (trinta e um) filósofos citados. As filósofas citadas foram Hannah Arendt, Hipátia de Alexandria e Simone de Beauvoir. Para facilitar a compreensão dos dados oferecidos em percentuais apresenta-se o seguinte gráfico:



Embora em quantidade a representatividade das filósofas ainda seja pouca, este livro foi o que mais incorporou as teorias das pensadoras ao conteúdo, debruçando-se mais sobre suas teorias do que os outros livros analisados. O autor também debruçou-se sobre a temática de gênero e diversidade nos momentos em que buscava significar para o contexto social as teorias explicitadas, mencionando temáticas como o movimento LGBT, o movimento estudantil e também discorrendo sobre as identidades de gênero. No entanto, ao explicar sobre o movimento feminista o autor foge do significado do feminismo, pois o coloca como o contrário de machismo ao interpretar a música de Gilberto Gil, *Super Homem*. Conforme se observa na citação:

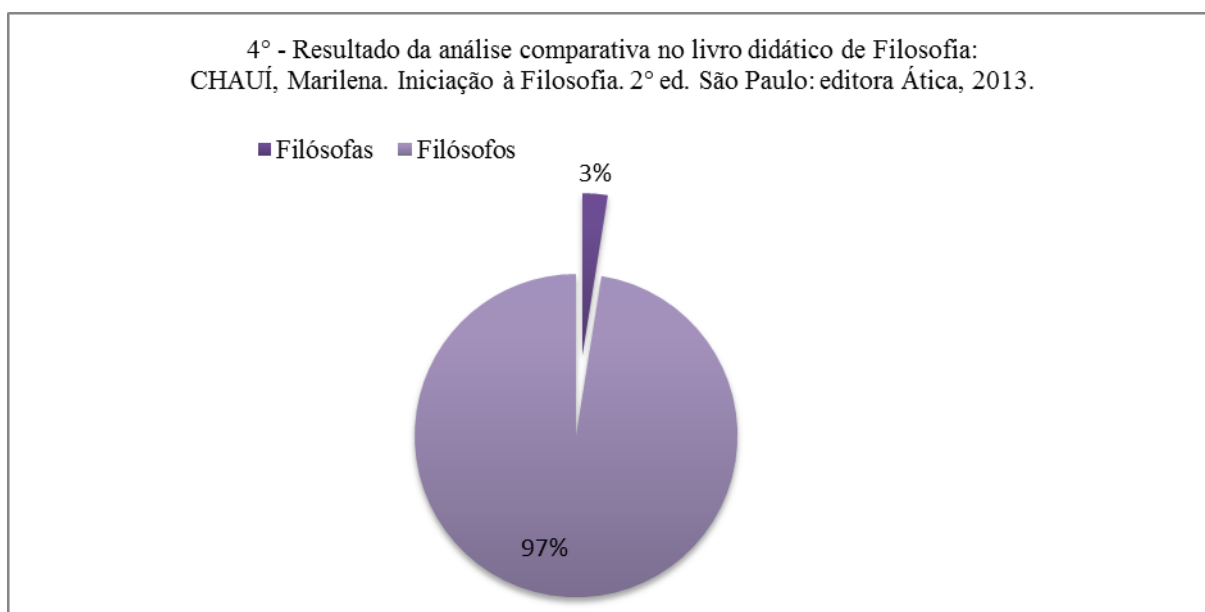
para ser plenamente humano é preciso ser masculino/feminino ao mesmo tempo. Esta postura é um combate ao machismo, responsável por muitas violências ao longo da história, mas é também uma crítica ao feminismo que simplesmente inverte os polos, afirmando a superioridade das mulheres. (GALLO, 2013, p. 104).

Essa declaração ao mesmo tempo em que representa certa preocupação em incluir as relações de gênero no conteúdo selecionado, também demonstra o desconhecimento do que representa a luta das mulheres, sua história e seu significado. Afinal, conforme Averbuck (2014): “feminismo não é o contrário de machismo. Machismo é um sistema de dominação.

¹¹GALLO, Silvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. 1° ed. São Paulo: Scipione, 2013.

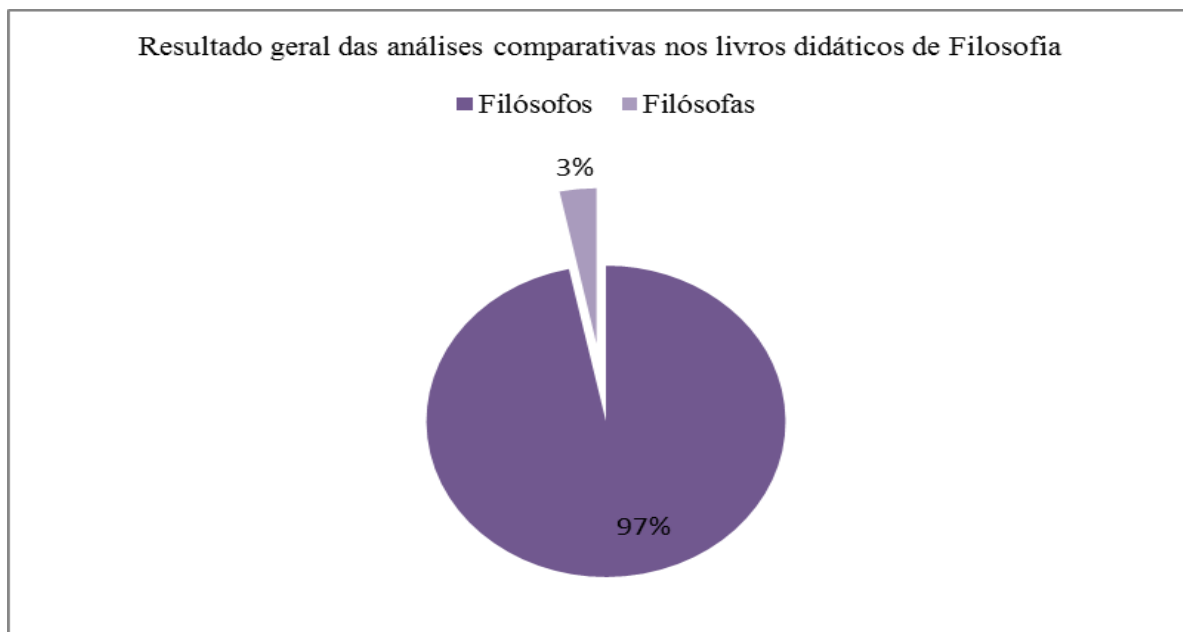
Feminismo é uma luta por direitos iguais”. Portanto, longe de ser a inversão das práticas machistas, o feminismo representa a luta por igualdade de direitos.

O último livro didático analisado e o quarto mais escolhido por professores e professoras chama-se *Iniciação à Filosofia*¹², de Marilena Chauí. Neste livro foram encontrados 116 (cento e dezesseis) filósofos e 3 (três) filósocas, quer dizer que para cada filósofa há aproximadamente 38 (trinta e oito) filósofos. As pensadoras encontradas foram Hipátia de Alexandria, Bernadette Abrão e Lídia Maria Rodrigo. O espaço destinado ao pensamento filosófico das mulheres é o mesmo em termos percentuais dos outros livros analisados anteriormente, embora ao buscar relacionar os conteúdos com a realidade apareçam, principalmente através de imagens, mulheres indígenas, negras, trabalhadoras lutando por seus direitos. Para ilustrar apresenta-se o gráfico com os percentuais demonstrativos:



Após analisar os quatro livros didáticos de Filosofia mais selecionados pelo corpo discente do Ensino Médio brasileiro pode-se perceber que a invisibilidade das mulheres no pensamento filosófico persiste. Afinal, através dos dados estatísticos fica evidente que a desigualdade de gênero também é reproduzida nos livros didáticos. Ao contabilizar todos os dados encontrados em cada livro conseguiu-se a quantidade de 583 (quinhentos e oitenta e três) filósofos mencionados contra 20 (vinte) filósofas. Conforme demonstração em termos percentuais expressa no gráfico abaixo:

¹²CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. 2° ed. São Paulo: editora Ática, 2013.



Embora estes últimos percentuais apresentados não possam ser analisados pela sua variedade, uma vez que muitos filósofos e filósofas apareçam repetidamente nos livros apresentados, o gráfico pode auxiliar na observação da disparidade do espaço proporcionado aos gêneros.

Quando analisado individualmente cada livro didático foi possível observar que a forma escolhida para apresentar o pensamento filosófico perpetua a desigualdade de gênero, tendo em vista que a invisibilidade acontece não apenas na quantidade de filósofas referenciada, mas também no papel secundário a elas designado no desenvolvimento dos conteúdos. Afinal, enquanto os pensamentos dos filósofos ocupavam espaços de destaque nos textos, as filósofas foram colocadas em segundo plano. Ao invés de estarem incorporadas nos conteúdos, foram incluídas através de breves observações e curiosidades.

Portanto, a análise dos livros didáticos a partir da perspectiva de gênero permitiu a observação de três pontos principais que favorecem a desigualdade de gênero na filosofia. O primeiro e mais evidente é a desproporcionalidade encontrada entre filósofos e filósofas estudados nos livros didáticos, responsável pela invisibilidade das contribuições das filósofas.

O segundo ponto diz respeito à forma como as poucas filósofas que aparecem são apresentadas no desenvolvimento dos conteúdos, pois nota-se que a função desempenhada por filósofos e filósofas incluídos nos conteúdos é diferente. Afinal, os filósofos são apresentados como protagonistas, como referências do assunto abordado; já as filósofas são apresentadas como complemento ou até mesmo curiosidade, ou seja, aparecem nos livros didáticos em um papel secundário, pois são apresentadas como coadjuvantes na história da filosofia, reafirma-

se, assim, o papel secundário ao qual foram historicamente destinadas no pensamento filosófico.

O terceiro ponto refere-se ao conceito de gênero. Conforme visto anteriormente, a filosofia tem como proposta ser um pensamento crítico, questionador, e a Filosofia enquanto disciplina não deveria ser diferente. No entanto, para isso mostra-se fundamental problematizar os pré-conceitos que há muito tempo são reproduzidos na sociedade, inclusive no ambiente escolar. Por isso, a temática de gênero precisa estar contemplada também nos livros didáticos. Afinal, a escola pode ser um espaço privilegiado de debates e construção de conhecimentos, e ignorar a luta das mulheres e as opressões sofridas por elas com o sexismo impede a desconstrução dos dogmas sociais e prejudica o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade. Lembrando que apenas um dos livros analisados debruçou-se sobre o conceito de gênero, ainda que tenha demonstrado pouco entendimento do assunto.

Outra questão a ser problematizada é que do ponto de vista da autoria dos livros analisados, encontra-se uma paridade entre a quantidade de autores e autoras. Portanto, a presença de mulheres na produção e organização dos livros didáticos não é suficiente para garantir às filósofas o reconhecimento pelas suas contribuições ao pensamento filosófico. Nesse sentido, mostra-se indispensável que as autoras e autores dos livros didáticos tomem para si a responsabilidade de lutar pela igualdade a fim de contribuir para o fim do sexismo e, não vejo outro caminho para efetivar a valorização das filósofas senão desmistificar a dominação masculina utilizando-se do recorte de gênero. Nas palavras de Beauvoir:

Quando finalmente for assim possível a todo ser humano colocar seu orgulho além da diferenciação sexual, na glória difícil de sua livre existência, poderá a mulher – e somente então – confundir seus problemas, suas dúvidas, suas esperanças com os da humanidade; somente então ela poderá procurar desvendar toda a realidade, e não apenas sua pessoa, em sua vida e suas obras. Enquanto tiver que lutar para se tornar um ser humano, não lhe é possível ser criadora. (BEAUVOIR, 2016, p. 538).

Dessa forma, para que as mulheres possam compartilhar com igualdade da sua humanidade torna-se fundamental problematizar a forma como se dá sua existência no mundo a fim de torná-la plena e autêntica. Voltando as reflexões para a educação, pergunta-se: será que estes três por cento contemplam o pensamento das filósofas? Será que este número é suficiente para reconhecer e valorizar as vozes das filósofas que por tanto tempo foram subjugadas ao longo da história da Filosofia? Quais as práticas que estão vinculadas à invisibilidade das filósofas? Sobre esta questão, observa-se que:

questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual e sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem no campo da ação. (GROSSI et al, 2015, p. 54).

Portanto, a pouca representação das mulheres nos livros didáticos avaliados demonstra ser um reflexo de um pensamento masculinizado, pois a racionalidade por muito tempo foi negada às mulheres. Esta prática de não reconhecer, ou invisibilizar, não é fruto do acaso, visto que os discursos que naturalizam os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foram tão eficientes que perduram até hoje. Se a ausência das mulheres em muitas discussões filosóficas desenvolvidas nos livros didáticos não desperta estranheza nos autores e autoras ou na instituição responsável pela seleção dos critérios de escolha dos livros didáticos, é porque o pensamento filosófico ainda está submetido ao sujeito universal masculino e sua desconstrução perpassa pelo reconhecimento das pensadoras em resistir à dominação masculina ao fugir dos estereótipos criados acerca da feminilidade. Sobre os estereótipos é importante ressaltar que:

(...) são, também, de certa forma, uma maneira de “biologizar” as características de um grupo, isto é, considerá-las como fruto exclusivo da biologia, da anatomia. O processo de naturalização ou biologização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais. (GROSSI et al, 2015, p. 52).

Dessa forma, nota-se que a compreensão estereotipada sobre as mulheres prejudica o exercício da cidadania. Ao focar a análise na categoria social de gênero, percebe-se que a invisibilidade das mulheres no pensamento filosófico é uma das consequências da naturalização dos discursos que vinculam às mulheres aspectos considerados irracionais, como emotividade, instabilidade e passividade (BEAUVOIR, 2016).

Tais caracterizações já foram denunciadas por muitas filósofas, como Simone de Beauvoir, porém continuam a serem reproduzidas, inclusive no ambiente escolar. O que nos leva à conclusão de que para romper com essas práticas discriminatórias torna-se fundamental reconhecer e valorizar as filósofas, assim como o movimento de organização e resistência que, como já foi visto, historicamente lutou pela igualdade de direitos nas relações entre homens e mulheres: o feminismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar da pesquisa conclui-se que o gênero é um conceito que deve integrar a reflexão filosófica, pois esta caracteriza-se pela constante busca em compreender a realidade. E para isso, demonstra ser fundamental questionar alguns dogmas que prejudicam a livre ação e expressão das ideias, assim como o compartilhamento do mundo. Esse é o caso da desigualdade de gênero, que pode ser percebida inclusive no pensamento filosófico.

Um conceito presente na construção das reflexões filosóficas em diferentes espaços, tempos e correntes é o sujeito universal. Este conceito sofreu críticas de muitas filósofas, principalmente de Simone de Beauvoir, que em sua obra *O Segundo Sexo* o denuncia pelo caráter estritamente masculino construído em torno dele.

Dessa forma, o sujeito universal masculino favoreceu a exclusão das mulheres do pensamento filosófico, visto que fortaleceu os discursos responsáveis por naturalizar os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. E a racionalidade é uma dessas características que acabaram por definir o que é ser homem ou mulher em uma sociedade patriarcal, pois a razão foi posta como algo masculino, enquanto ao feminino foi designada a emotividade, a irracionalidade.

Combater esses determinismos construídos acerca dos gêneros e buscar relações de igualdade entre homens e mulheres foram tarefas assumidas pelas feministas. E este movimento também marcou presença na Filosofia. No entanto, apesar dos esforços das filósofas em reivindicar seu espaço no pensamento filosófico, elas permanecem na marginalidade e com pouco reconhecimento em tais discussões.

No âmbito da educação escolar essa realidade não é diferente. Ao menos é essa a conclusão alcançada após a disparidade encontrada entre filósofos e filósofas na análise de gênero nos livros didáticos de Filosofia aplicados para o Ensino Médio do Brasil. O livro didático atualmente apresenta ser o material didático mais acessível utilizado por professores e professoras para auxiliar na aprendizagem dos e das estudantes. E a invisibilidade das filósofas nos referidos livros demonstra a reprodução da desigualdade de gênero no ensino de Filosofia. Nesse sentido, o presente trabalho deixa como sugestão para estudos futuros uma pesquisa qualitativa das filósofas feministas nos livros didáticos, ou seja, que para estudos futuros seria interessante analisar a qualidade das citações e quais contribuições teóricas de filósofas são abordadas nos livros.

Portanto, a desnaturalização dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres perpassa pela desconstrução do sujeito universal masculino. Mas para isso torna-se necessário estabelecer estratégias capazes de romper com tais preconceitos. A sugerida nesta pesquisa é que a análise do pensamento filosófico deve considerar a categoria social de gênero, com enfoque no reconhecimento da participação das mulheres nas reflexões filosóficas, retirando-as do esquecimento e do papel secundário que lhes foi imposto pela desigualdade de gênero.

Libertar a Filosofia de seus dogmas aproxima-a de seu princípio questionador, repercutindo favoravelmente não apenas na vida das mulheres, mas à Filosofia em si. Pois ao considerar não apenas o gênero como categoria de análise, mas a diversidade humana nas suas reflexões, a Filosofia fortalecerá cada vez mais seu caráter combativo e questionador.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE D'ELAS/AH! ENTÃO SOU FEMINISTA. **Você é feminista ou sabe o que é feminismo? Esclarecendo feminismo para leigos.** [S.l.: s.n.], 2014.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 12° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** anti-semitismo, instrumento de poder. Tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. 5° Ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** 2° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARANHA Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia.** 5° ed. São Paulo: editora Moderna, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 3° ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. **PNLD: Guia de Livros Didáticos.** Brasília: 2016.

Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>

Acesso em: 01/09/2016.

BRASIL. **Decreto N° 7.084, de 27 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília: 2010.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.html

Acesso em: 20/08/2016

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes de Base. Brasília.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Acesso em: 26/10/2016.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** 2° ed. São Paulo: editora Ática, 2013.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia.** 2° ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GALLO, Silvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. 1º ed. São Paulo: Scipione, 2013.

GROSSI, Pillar Miriam; GARCIA, Olga Regina Z.; LOZANO, Marie-Anne; MAGRINI, Pedro Rosas (org.). **Livro1 – Módulo I**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA. **Cartilha Igualdade na Escola**. IEG/UFSC.

Disponível em:

http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/27112015-0520570

Acesso em: 26/10/2016.

LEAL, Djaci Pereira; OLIVEIRA, Dra. Terezinha. **Livro didático: sua importância e necessidade ao processo ensino-aprendizagem**.

Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_djaci_pereira_leal.pdf

Acesso em: 27/10/2016

MATOS, Sonia. **Avaliação, Escola e Sociedade: um enfoque à aprendizagem e investigação didática**. Bahia: Concurso de Professor na Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**.

Disponível em: <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>

Acesso em: 01/10/2016

TIBURI, Márcia. **Mulheres e Filosofia**. Revista Cult, Maio, 2007.

Disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/textos/mulhereseafilosofia.htm>

Acesso em: 01/10/2016

TIBURI, Márcia. **Políticas, Mulheres e Filosofia**.

Disponível em:

http://www.marciatiburi.com.br/textos/quadro_politicamulhereseafilosofia.html

Acesso em: 01/10/2016.

APÊNDICE A – TABELA 1: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FILOSOFANDO: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA, DE MARIA LÚCIA ARANHA E MARIA HELENA MARTINS.

	Filósofos	Filósofas
1.	Adam Schaff	Anne Cauquelin
2.	Agostinho de Tagaste (Santo Agostinho)	Hannah Arendt
3.	Albert Einstein	Harriet Taylor
4.	Alexander Baugarten	Hipátia de Alexandria
5.	Alexis de Tocqueville	Marilena Chauí
6.	Anaxágoras	Olgária Matos
7.	Anaximandro	Scarlett Marton
8.	Anaximenes	Simone de Bouvair
9.	André Comte-Sponville	
10.	Antístenes	
11.	Antonio Gramsci	
12.	Antonio Gramsci	
13.	Antonio Negri	
14.	Aristarco de Samos	
15.	Aristóteles	
16.	Arquimedes	
17.	Arthur Schopenhauer	
18.	Auguste Comte	
19.	Averróis	
20.	Baruch Espinosa	
21.	Bertrand Russell	
22.	Blaise Pascal	
23.	Buda	
24.	Carl Sagan	
25.	Carrol Noel	
26.	Charles Sanders Peirce	
27.	Cícero	
28.	Claude Lefort	
29.	Claudio Ptolomeu	
30.	Condillac	
31.	Confúcio	
32.	Daniel Dennet	
33.	Danilo Marcondes	
34.	David Émile Durkheim	

35.	David Hume	
36.	Demócrito	
37.	Dermeval Saviani	
38.	Destutt de Tracy	
39.	Diógenes de Sinope	
40.	Donald Davidson	
41.	Edmund Husserl	
42.	Émile-Auguste Chartier (Alain)	
43.	Empédocles	
44.	Epicuro	
45.	Eric Weil	
46.	Erich Fromm	
47.	Ernst Cassirer	
48.	Ernst Tugendhat	
49.	Ésquines	
50.	Euclides	
51.	Eudoxo	
52.	Felix Guattari	
53.	Fernando Savater	
54.	Feuerbach	
55.	Francis Bacon	
56.	Fredrich Schelling	
57.	Friederich Nietzsche	
58.	Friedrich Engels	
59.	Friedrich Schiller	
60.	Friedrich von Hayek	
61.	Galileu Galilei	
62.	George Berkeley	
63.	George Boole	
64.	George Friedrich Hegel	
65.	George Kneller	
66.	Georges Gusdorf	
67.	Gerárd Fourez	
68.	Gerard Lebrun	
69.	Gerd Borheim	
70.	Gianni Vattimo	
71.	Gilles Delleuze	
72.	Gilles Lipovetsky	
73.	Gilles-Gaston Granger	
74.	Giorgio Agamben	
75.	Górgias de Leontini	
76.	Gottlob Frege	

77.	Guilherme de Champeaux	
78.	Guilherme de Ockham	
79.	Gutemberg	
80.	Hans Kelsen	
81.	Henri de Saint-Simon	
82.	Henry Poincaré	
83.	Henry Thoreau	
84.	Heráclito de Éfeso	
85.	Herbert Marcuse	
86.	Herbert Spencer	
87.	Hilton Japiassu	
88.	Hípias de Élis	
89.	Hipócrates	
90.	Hipódamos	
91.	Hippolyte Taine	
92.	Immanuel Kant	
93.	Isaac Newton	
94.	István Meszáros	
95.	Jacques Derrida	
96.	Jean Baudrillard	
97.	Jean Piaget	
98.	Jean-François Lyotard	
99.	Jean-Jacques Rousseau	
100.	Jean-Paul Sartre	
101.	Jean-Pierre Vernant	
102.	Jeremy Bentham	
103.	Johann Goottleb Fichte	
104.	Johannes Hessen	
105.	John Dewey	
106.	John Locke	
107.	John Maynard Keynes	
108.	John Rowls	
109.	John Stuart Mill	
110.	José Oiticica	
111.	Jürgen Habermans	
112.	Karl Marx	
113.	Karl Popper	
114.	Karl-Otto Apel	
115.	Kurt Gödel	
116.	Lao-Tsé	
117.	Lawrance Kohlberg	
118.	Leibniz	

119.	Leucipo	
120.	Luc Ferry	
121.	Ludwig Wittgenstein	
122.	Manuel Garcia Morente	
123.	Martin Heidegger	
124.	Maurice Merleau-Ponty	
125.	Max Horkheimer	
126.	Michel de Montaigne	
127.	Michel Foucault	
128.	Mikel Dufrenne	
129.	Mikhail Bakunin	
130.	Montesquieu	
131.	Moore	
132.	Moritz Schlick	
133.	Newton da Costa	
134.	Nicolau Copérnico	
135.	Nicolau Maquiavel	
136.	Noam Chomsky	
137.	Norbeto Bobbio	
138.	Oswaldo Porchat Pereira	
139.	Otto Neurath	
140.	Parmênides de Eleia	
141.	Paul Feyerabend	
142.	Paul Ricoeur	
143.	Paul Valery	
144.	Pedro Abelardo	
145.	Péricles	
146.	Pierre Bordieu	
147.	Pierre Lévy	
148.	Pierre-Joseph Proudhon	
149.	Pirro de Élide	
150.	Pitágoras de Samos	
151.	Platão	
152.	Plotino	
153.	Pródico	
154.	Protágoras de Abdera	
155.	René Descartes	
156.	Richard Rorty	
157.	Robert Grosseteste	
158.	Robert Misrahi	
159.	Robert Owen	
160.	Roger Bacon	

161.	Roscelino	
162.	Rudolf Carnap	
163.	Santo Anselmo	
164.	Severino Boécio	
165.	Sidarta Gautama	
166.	Sigmund Freud	
167.	Slovoj Zizek	
168.	Sócrates	
169.	Söen Kierkegaard	
170.	Tales de Mileto	
171.	Theodor Adorno	
172.	Thomas Hobbes	
173.	Thomas Kuhn	
174.	Tomás de Aquino	
175.	Trasímaco	
176.	Walter Benjamin	
177.	Wesley Salmon	
178.	Wihelm Dilthey	
179.	Wihelm Reich	
180.	Wiliam James	
181.	Xenófanés	
182.	Xenofonte	
183.	Zaratustra	
184.	Zenão de Cítio	
185.	Zenão de Eleia	

Fonte: ARANHA Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia.** 5° ed. São Paulo: editora Moderna, 2013.

APÊNDICE B – TABELA 2: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA, DE GILBERTO COTRIM E MIRNA FERNANDES.

	Filósofos	Filósofas
1.	Adam Smith	Hannah Arendt
2.	Albert Camus	Hipátia de Alexandria
3.	Albert Einstein	Jaqueline Russ
4.	Alexander Baumgarten	Marilena Chauí
5.	Alexandre Koiré	Simone de Beauvoir
6.	Alfred North Whitehead	Susanne Langer
7.	Anaximandro	
8.	Anaxímenes	
9.	André Comte-Sponville	
10.	André Gorz	
11.	António Damásio	
12.	Antônio Gramsci	
13.	Aristóteles	
14.	Averróis	
15.	Avicena	
16.	Baruch Espinosa	
17.	Benjamim	
18.	Bentham	
19.	Berkeley	
20.	Bernhard Riemann	
21.	Blaise Pascal	
22.	Bochenski	
23.	Boécio	
24.	Buffon	
25.	Carl Jung	
26.	Chain Perelman	
27.	Charles Darwin	
28.	Chartier	
29.	Châtelet	
30.	Cícero	
31.	Comte	
32.	Comte-Sponville	
33.	Condorcet	
34.	Copi	
35.	Cristoforo Landino	

36.	David Hume	
37.	Demócrito	
38.	Denis Diderot	
39.	Derrida	
40.	Destutt de Tracy	
41.	Diógenes de Sínope	
42.	Edgar Morin	
43.	Edmund Burke	
44.	Émile Durkheim	
45.	Empédocles	
46.	Engels	
47.	Epicuro	
48.	Epiteto	
49.	Erich Fromm	
50.	Ernst Cassirer	
51.	Ernst Fischer	
52.	Foucault	
53.	Fourier	
54.	Francis Bacon	
55.	Frege	
56.	Friedrich Hegel	
57.	Friedrich Nietzsche	
58.	Friedrich Schelling	
59.	Friedrich von Schiller	
60.	Galileu Galilei	
61.	García Morente	
62.	Gaston Bachelard	
63.	Giacóia Júnior	
64.	Gilberto Ryle	
65.	Giordano Bruno	
66.	Goldstein	
67.	Górgias de Leontini	
68.	Guilherme de Ockham	
69.	Guilherme de Champeaux	
70.	Gunnar Myrdal	
71.	Gyögy Lukács	
72.	Hans Hahn	
73.	Heidegger	
74.	Helvetius	
75.	Henri Poincaré	
76.	Heráclito	
77.	Holbach	

78.	Husserl	
79.	Immanuel Kant	
80.	Isaac Newton	
81.	Jacques Bosset	
82.	Jacques Maritain	
83.	János Bolyai	
84.	Jean Baudrillard	
85.	Jean le Rond D'Alembert	
86.	Jean Piaget	
87.	Jean-Jacques Rousseau	
88.	Jean-Paul Sartre	
89.	Jean-Pierre Vernant	
90.	Jeremy Bentham	
91.	Johan Fichte	
92.	John Austin	
93.	John Locke	
94.	José Ortega y Gasset	
95.	Jurgen Habermas	
96.	Justino	
97.	Karl Jaspers	
98.	Karl Ludwig von Bertalanffy	
99.	Karl Popper	
100.	Kepler	
101.	Kierkegaard	
102.	Kneale	
103.	Lao Tsé	
104.	Leibniz	
105.	Leucipo	
106.	Lévi-Strauss	
107.	Luc Ferry	
108.	Lucien Goldmann	
109.	Ludwing Feuerbach	
110.	Ludwing Wittgenstein	
111.	Luiz Roberto Salinas Fortes	
112.	Lyotard	
113.	Maimônides	
114.	Malebranche	
115.	Marcílio Ficino	
116.	Marcuse	
117.	Mariconda	
118.	Marx	
119.	Maurice Merleau-Ponty	

120.	Max Horkheimer	
121.	Max Weber	
122.	Merleau-Ponty	
123.	Michel de Montaigne	
124.	Montesquieu	
125.	Moritz Schlick	
126.	Mortari	
127.	Nicolai Lobatchevski	
128.	Nicolau Copérnico	
129.	Nicolau Maquiavel	
130.	Noam Chomsky	
131.	Norberto Bobbio	
132.	Octavio Paz	
133.	Orígenes	
134.	Otto Neurath	
135.	Parmênides	
136.	Pascal	
137.	Paul Ricoeur	
138.	Pedro Abelardo	
139.	Pelágio	
140.	Pierre Teilhard de Chardin	
141.	Pirro de Élide	
142.	Pitágoras	
143.	Platão	
144.	Plotino	
145.	Plutarco	
146.	Pohlenz	
147.	Porfírio	
148.	Protágoras de Abdera	
149.	Proudhon	
150.	Ptolomeu	
151.	Rafael Echeverría	
152.	Raymond Aron	
153.	René Descartes	
154.	Richard Rorty	
155.	Roberto Grosseteste	
156.	Roger Bacon	
157.	Roscelin de Compiègne	
158.	Rubem Alves	
159.	Rudolf Carnap	
160.	Russel	
161.	Saint-Simon	

162.	Salmon	
163.	Santo Agostinho	
164.	Santo Ambrósio	
165.	Santo Anselmo	
166.	São Boaventura	
167.	São Paulo	
168.	São Tomás de Aquino	
169.	Schopenhauer	
170.	Sêneca	
171.	Sigmund Froid	
172.	Sócrates	
173.	Starobinski	
174.	Stuart Mill	
175.	Tales de Mileto	
176.	Tertuliano	
177.	Theodor Adorno	
178.	Thomas Hobbes	
179.	Thomas Kuhn	
180.	Turgot	
181.	Voltaire	
182.	Walter Ong	
183.	Wener Heisenberg	
184.	William Whewell	
185.	Xenófanes	
186.	Zenão de Cício	
187.	Zenão de Eléia	

Fonte: COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

APÊNDICE C – TABELA 3: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO FILOSOFIA: EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO, DE SILVIO GALLO.

	Filósofos	Filósofas
1.	Adorno	Hannah Arendt
2.	Agostinho	Hipátia de Alexandria
3.	Álvaro Valls	Simone de Beauvoir
4.	Anaximandro de Mileto	
5.	Anaxímenes de Mileto	
6.	André Comte-Sponville	
7.	Antístenes	
8.	Antonio Gramsci	
9.	Antonio Negri	
10.	Aristóteles	
11.	Auguste Comte	
12.	Bruno Latour	
13.	Cassirer	
14.	Cícero	
15.	Cleanto de Assos	
16.	Copérnico	
17.	Crisipo de Soles	
18.	Demócrito de Abdera	
19.	Descartes	
20.	Diderot	
21.	Diógenes de Sinope	
22.	Emmanuel Levinas	
23.	Epicuro	
24.	Epiteto	
25.	Erasmus de Roterdã	
26.	Ernst Cassirer	
27.	Espinoza	
28.	Etienne de La Boétie	
29.	Félix Guatarri	
30.	Ferdinand de Saussure	
31.	Filolau de Crotona	
32.	Francis Bacon	
33.	François Rabelais	
34.	Galileu Galilei	
35.	Gilles Deleuze	
36.	Gilles Lipovetsky	

37.	Hadot	
38.	Hans Jonas	
39.	Hegel	
40.	Heidegger	
41.	Heráclito de Éfeso	
42.	Hipócrates	
43.	Horkheimer	
44.	Hume	
45.	Husserl	
46.	Immanuel Kant	
47.	Isaac Newton	
48.	Jacques Rancièri	
49.	Jean Ladrière	
50.	Jeremy Bentham	
51.	John Locke	
52.	Jügen Habermas	
53.	Karl Marx	
54.	Kierkegaard	
55.	Leucipo de Mileto	
56.	Levinas	
57.	Lévi-Strauss	
58.	Marco Aurélio Antonino César Augusto	
59.	Maurice Merleau-Ponty	
60.	Michel de Montaigne	
61.	Michel Foucault	
62.	Michel Onfray	
63.	Michel Serres	
64.	Mikhail Bakunin	
65.	Montesquieu	
66.	Nicolau Maquieval	
67.	Nietzsche	
68.	Panécio de Rodes	
69.	Parmênides de Eléia	
70.	Paul Feyerabend	
71.	Peter Singer	
72.	Pico de la Mirandola	
73.	Pierre Levy	
74.	Pierre-Joseph Proudhon	
75.	Pitágoras de Samos	
76.	Platão	
77.	Plotino	

78.	Posidônio de Apameia	
79.	Rousseau	
80.	Saint-Simon	
81.	Sartre	
82.	Schopenhauer	
83.	Sêneca	
84.	Sócrates	
85.	Tales de Mileto	
86.	Thomas Hobbes	
87.	Thomas More	
88.	Tito Lucrécio Caro	
89.	Tomás de Aquino	
90.	Voltaire	
91.	Walter Benjamim	
92.	Wittgenstein	
93.	Xenófanés	
94.	Zenão de Cício	
95.	Zenão de Eleia	

Fonte: GALLO, Silvio. **Filosofia: experiência do pensamento.** 1º ed. São Paulo: Scipione, 2013.

APÊNDICE D – TABELA 4: LISTA DE FILÓSOFOS E FILÓSOFAS NO LIVRO DIDÁTICO INICIAÇÃO À FILOSOFIA, DE MARILENA CHAUI.

	Filósofos	Filósofas
1.	Adolfo Vazquez	Hipátia de Alexandria
2.	Adorno	Bernadette Abrão
3.	Alasdair MacIntyre	Lídia Maria Rodrigo
4.	Anaxágoras	
5.	Anaximandro de Mileto	
6.	Anaxímenes de Mileto	
7.	Andrônico de Rodes	
8.	Aristóteles	
9.	Árquitas de Tarento	
10.	Auguste Comte	
11.	Averróis	
12.	Avicena	
13.	Baruch Espinosa	
14.	Baumgarten	
15.	Bertrand Russell	
16.	Boaventura de Sousa Santos	
17.	Boécio	
18.	Boyle	
19.	Charles Griswold Junior	
20.	Charles Sanders Peirce	
21.	Cícero	
22.	Clemente	
23.	D'Alembert	
24.	David Hume	
25.	Demócrito de Abdera	
26.	Diderot	
27.	Dilthey	
28.	Edgar Morin	
29.	Edmund Husserl	
30.	Empédocles de Agrigento	
31.	Epicuro	
32.	Eusébio	
33.	Feuerbach	
34.	Fichte	
35.	Filolau de Crotona	
36.	Francis Bacon	

37.	Freud	
38.	Friederich Nietzsche	
39.	Friedrich Engels	
40.	Galileu Galilei	
41.	Gassendi	
42.	Gaston Bachelard	
43.	George Berkeley	
44.	Gilles Deleuze	
45.	Gilles Gaston Granger	
46.	Górgias de Leontini	
47.	Gottfried Wilhelm Leibniz	
48.	Gregory Bergman	
49.	Guilherme de Ockham	
50.	H. D. Gardeil	
51.	Hegel	
52.	Heráclito de Éfeso	
53.	Herbert Marcuse	
54.	Horkheimer	
55.	Immanuel Kant	
56.	Isócrates de Atenas	
57.	Jacobus Thomasius	
58.	Jacques Derrida	
59.	Jean Bodin	
60.	Jean-Jacques Rousseau	
61.	Jean-Paul Sartre	
62.	John Locke	
63.	Justino	
64.	Karl Marx	
65.	Krzysztof Pomian	
66.	Leandro Konder	
67.	Leucipo de Abdera	
68.	Louis Liard	
69.	Luc Ferry	
70.	Lucien Goldmann	
71.	Lucrecio	
72.	Ludwig Wittgenstein	
73.	Malebranche	
74.	Maquiavel	
75.	Martin Heidegger	
76.	Maurice Merleau-Ponty	
77.	Max Horkheimer	
78.	Max Weber	

79.	Michel Foucault	
80.	Newton	
81.	Nicholas Fearn	
82.	Norbert Bobbio	
83.	Orígenes	
84.	Parmênides de Eléia	
85.	Pascal	
86.	Pitágoras de Samos	
87.	Platão	
88.	Plotino	
89.	Protágoras de Abdera	
90.	Ptolomeu	
91.	Quine	
92.	René Descartes	
93.	Roger Bacon	
94.	Santo Agostinho	
95.	Santo Ambrósio	
96.	Santo Basílio	
97.	Santo Eusébio	
98.	São Gregório Nazianzo	
99.	São João	
100.	São João Crisóstomo	
101.	São Paulo	
102.	Schelling	
103.	Sêneca	
104.	Sócrates	
105.	Tácito	
106.	Tales de Mileto	
107.	Tertuliano	
108.	Theodor Adorno	
109.	Thomas Hobbes	
110.	Thomas Kuhn	
111.	Tito Lívio	
112.	Voltaire	
113.	Walter Benjamin	
114.	Xenofonte	
115.	Zenão de Cício	
116.	Zenão de Eléia	

Fonte: CHAUI, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. 2º ed. São Paulo: editora Ática, 2013.